

Luísa Ramos
Jaime Fernandes

Uma serração na vida de Monte Redondo

RAMOS LEAL E CRESPO, LDA

Edições Universitárias Lusófonas

2017

Ficha Técnica

[Título]

Uma serração na vida de Monte Redondo
RAMOS LEAL E CRESPO, LDA

[Autor]

Luísa Ramos
Jaime Fernandes

[Design]

M^a Helena Catarino Fonseca

[ISBN]

978-1547185153

1^a Edição - Julho 2017

[Todos os direitos desta edição reservados por]

Edições Universitárias Lusófonas
Campo Grande, 376 - 1749-024 Lisboa
Telef. 217 515 500

ÍNDICE

Agradecimentos	5
1 - Introdução	7
2 - Enquadramento histórico	11
3 - Como surgiu a fábrica	15
3.1 - Acumulação de capital	15
3.2 - Fatores de localização	16
4 - 27 anos na vida da fábrica	19
4.1 - Forças produtivas	19
4.1.1.1 - Matérias-primas	20
4.1.1.2 - Meios de trabalho	32
4.1.2 - Força de trabalho	40
4.2 - Relações de produção	50
4.3 - Acidentes de trabalho e segurança social	53

4.4. - Produto final	57
4.5 - Relações económicas com outros sectores de atividade	61
4.6 - Reflexos da luta de classes	66
5 - Conclusão	73
Glossário	75
Bibliografia	77
Anexos	79

Agradecimentos

Pela ajuda que nos deram, tornando possível este trabalho, agradecemos a:

Sr. Joaquim Duarte Pedrosa (Sr. Barca)

Sr. José Neto

Sr. Olímpio Verde

Sr. Alfaiate

Sr. Agostinho dos Santos (Sr. Agostinho Estrada)

Sr. António Ramalho

Sr. Pedroso

e ainda ao Sr. João Moital, pela estadia no Pedrógão, ao Sr. António Marques Pedrosa, pela entrega ao Museu Etnológico de Monte Redondo, do espólio da RLC, Lda e ao Sr. Professor Doutor Mário Moutinho, por nos ter proporcionado a realização deste trabalho.

1

Introdução

No âmbito da disciplina de Etnologia Portuguesa do curso de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa, decidimos realizar um trabalho junto do Museu Etnológico de Monte Redondo, por proposta do professor Mário Moutinho.

Aceitámos realizar um trabalho sobre uma antiga serração, encerrada em 1947, a Ramos Leal e Crespo, Lda., cuja documentação, a que conseguiu resistir às vicissitudes do tempo, foi entregue ao museu por um dos habitantes de Monte Redondo, o Sr. António Marques Pedrosa.

Não se tratou de o trabalho sobre a Ramos Leal e Crespo, Lda., (RLC) mas sim de um dos possíveis trabalhos sobre esta serração.

Nenhuma monografia deve ser “tratada como um objeto acabado, mas sim como um utensílio de trabalho indispensável ao etnólogo, sendo pois o seu valor definido pelas possibilidades proporcionadas ao seu executor ou utilizadores futuros” (Moutinho, Mário).

Tentámos enquadrar a metodologia da nossa investigação em novas práticas e dinâmicas antropológicas, neste caso, nos princípios da “nova museologia”, acabada de emergir, e que vem revolucionando a museologia, trocando o paradigma de uma sala, uma coleção e um público, pelo de um território, um património e uma população, em que as populações têm um papel central na defesa e administração do seu património, e também na filosofia do materialismo histórico: o estudo das forças produtivas, dos meios de produção, da força de trabalho e das relações sociais de produção.

Partimos para este trabalho com a consciência de que o tratamento dos elementos recolhidos no terreno, o aprofundamento da análise

de determinados aspetos, ou a metodologia dependeriam do nosso posicionamento, da nossa orientação ideológica e também das nossas distintas origens e formações.

Apesar de sermos estranhos à comunidade e termos consciência de que, por princípio, o trabalho deveria ser realizado pela comunidade, dispusemo-nos a encetá-lo, procurando integrar-nos o melhor possível.

Franz Boas salientou a importância do trabalho de colaboração que os investigadores devem ter com os elementos da comunidade em estudo, fazendo notar que a relação “investigador/investigado” é propícia a atitudes paternalistas por parte do primeiro, e o segundo tem tendência a sobrevalorizar-se, o que procurámos não menosprezar. Esta dificuldade poderia ter sido melhor contornada se a nossa permanência no local fosse mais regular e prolongada.

Poderia até essa maior permanência traduzir-se num maior incentivo para o “investigado” apurar a consciencialização do seu património e, assim, estudá-lo, preservá-lo e geri-lo com mais propriedade.

“As coisas (não só) pertencem a quem delas trata bem” (Brecht, Bertolt) pertencem a quem as constrói, as desenvolve e as faz crescer, como será o caso dos que construíram o património constituído pela fábrica e pelos objetos resultantes da transformação da madeira.

Apesar de nos sentirmos com a sensibilidade e a objetividade necessárias para uma aproximação crítica da realidade a estudar, não negamos a consciência de poder vir a dar mais ou menos importância a um ou outro aspeto, segundo o nosso posicionamento, e afirmamos a possibilidade de algumas dessas atitudes poderem ser opções deliberadas. Outras dever-se-ão a vicissitudes várias: insuficiência de tempo e de contactos no terreno, falhas de memória dos potenciais informadores orais, hiatos na informação escrita, etc.

Compete ao etnólogo, mais do que a simples constatação ou descrição de uma realidade, atual ou passada, a análise e compreensão dos homens: das suas atividades, atitudes, práticas a diferentes escalas da

análise – familiar, profissional, comunitária ou outras, tendo como ponto de partida as relações entre elas.

A partir dos milhares de papéis desordenados, foi nosso objetivo reconstruir a atividade da serração enquadrando-a no espaço geográfico físico e humano de Monte Redondo e perceber como era a vida dos seus habitantes, sob o ponto de vista socioeconômico. Acreditamos que terá sido o caminho correto.

Os homens produzem, consomem e estabelecem relações de troca. É sobretudo ao nível da produção que as relações sociais se determinam, e das quais dependem as trocas e o consumo. É nas contradições geradas a nível das relações sociais de produção, e na superação dessas mesmas contradições que as relações se transformam, tomando novas formas. As atividades da antiga fábrica não valeram só por si, mas pela influência que teve em Monte Redondo, pelas relações sociais de produção que gerou, e talvez pelo nascimento de uma consciência proletária nos seus trabalhadores.

Apesar da documentação escrita rondar alguns milhares de papéis, registaram-se alguns hiatos que não conseguiremos de forma alguma superar.

Abordámos os 27 anos de existência da fábrica, na tentativa de sermos exaustivos para a compreensão da existência de RLC em Monte Redondo, e as transformações que ajudou a operar.

A parte mais agradável e gratificante do trabalho foi a recolha dos testemunhos orais de alguns antigos trabalhadores da serração, bem como de outras pessoas, que influenciaram ou foram influenciadas pelas atividades da fábrica.

Tornou-se por vezes dolorosa a abordagem a pessoas que contavam mais de 70 anos de vida, que estimulávamos a “puxar pela memória”, quando desejávamos ardentemente saber algo que pudesse ajudar a aclarar uma dúvida ou a preencher algumas das lacunas de informação escrita.

2

Enquadramento Histórico

A fábrica de madeiras Ramos Leal e Crespo Lda., que constituiu o material de estudo do trabalho que nos propusemos levar a cabo, localizava-se numa área geográfica caracterizada e marcada pela existência do pinhal de Leiria.

Quando a intervenção do homem no meio se fazia sentir de forma muito incipiente, era o meio que influenciava decisivamente a vida do homem.

Sem querermos ressuscitar a corrente geográfica determinista, que afirmava a grande dependência do homem em relação ao meio físico, queremos contudo vincar a nossa convicção de que a teoria determinista estava mais de acordo com a realidade quando os instrumentos de trabalho assumiam formas ainda rudimentares.

Podemos imaginar então que em tempos mais antigos a vida do homem teria sido ainda mais influenciada pelo pinhal de Leiria.

Com a informação que possuímos, inclinamo-nos para a ideia de que há milhares de anos já existiria uma elevada concentração arbórea nesta área, incrementada, entretanto, por alguns monarcas portugueses. Este facto não é decerto alheio à disseminação da construção naval ao longo da costa correspondente à área do pinhal de Leiria.

Com efeito, a floresta possui o essencial da matéria-prima necessária à construção naval, pois é dela que se pode extrair não só a madeira como também o pez, que já era utilizado pelos Fenícios.

Na época dos Descobrimentos, vivia-se uma grande azáfama nesta área. Era o abate de pinheiros, era a serração das madeiras, era o

carregamento de madeiras em barcos que rumavam a Lisboa e outros portos, era, enfim, a construção naval.

A atividade nos portos e/ou estaleiros navais localizados na foz do rio Liz, que dava acesso a Leiria, em S. Pedro de Muel, em Paredes, na Pederneira, na foz do rio Alcoa e em Salir do Porto tinha como causa próxima a existência do pinhal de Leiria.

O estaleiro naval da Pederneira, povoação muito próxima da Nazaré, rivalizava com o da Ribeira das Naus em Lisboa. As carcaças das naus utilizadas nos Descobrimentos foram em grande parte construídas no estaleiro da Pederneira. Nas povoações desta área foram também recrutados muitos marinheiros e carpinteiros.

A vida das pessoas era assim marcada pelo pinhal de Leiria. No século XVIII, durante o governo de Marquês de Pombal, fundaram-se três fábricas de madeira, que eram conhecidas por engenhos. Uma delas, a Fábrica de Madeira da Marinha, tinha um engenho de serração a vento e laborava de dia e de noite. Os outros dois trabalhavam a água, para o que necessitavam da construção de diques, açudes e canais, para a regularizar e assegurar.

A fundação das três fábricas dava assim início a uma nova era na serração de madeira, nesta região, que no entanto iria necessitar de mais de uma centena de anos para se consolidar, com o advento de novas tecnologias e de novas formas de energia.

No século XX, a grande difusão dos processos mecânicos de serração de madeiras e as fábricas que utilizavam estes métodos, disseminaram-se. Em Monte Redondo três fábricas de serração de madeiras iniciaram a sua laboração no princípio desse século.

Na década de 60 a profissão de serrador manual extinguiu-se por completo sendo então, ou lançados no desemprego, ou absorvidos pelas fábricas de madeiras, onde aplicavam os seus conhecimentos e a sua experiência.

Foi assim que em Monte Redondo apareceram três fábricas num intervalo de tempo reduzido: a Ramos Leal e Crespo, a do Sr. Carvalho e a do Sr. Soares.

A RLC foi fundada em 1920, conforme escritura (ver anexo 5), e começou a laborar no ano seguinte. Seguiu-se a do Sr. Soares e por último, a do Sr. Carvalho.

3

Como surgiu a fábrica

3.1. Acumulação de capital

Em terras de tão fracos recursos e de gente tão pobre, saltou imediatamente a questão de como teria sido possível aos fundadores da fábrica acumularem o capital necessário para a sua construção, dados os elevados custos das infraestruturas, dos equipamentos e ainda dos iniciais investimento em matérias-primas.

A fábrica de serração de madeiras era uma sociedade por quotas regida por escritura de 3 de junho de 1920. Era propriedade dos sócios José Ramos Leal e Manuel Pedrosa Crespo, naturais de Coimbra, freguesia contígua à de Monte Redondo, onde esteve localizada a fábrica.

O sócio José Ramos Leal casou com uma senhora possuidora de vários pinhais e cedo se transferiu para Lisboa, onde possuía uma estância de madeiras, o que lhe concedeu um conhecimento do mercado lisboeta. Foi-lhe, portanto, possível acumular capital, quer com os pinhais da mulher, quer com a comercialização de madeiras.

Através da análise de correspondência entre a fábrica e o escritório de Lisboa foi fácil verificar a grande influência do Sr. José Ramos Leal na orientação dos destinos da fábrica. Este sócio, que exercia a sua principal atividade no escritório, em Lisboa, deslocava-se todos os fins-de-semana à fábrica onde “acertava as agulhas” com o outro sócio, regressando no início da semana a Lisboa, onde dinamizava a procura de mercados para os produtos da fábrica.

As opiniões de vários dos nossos entrevistados coincidiram num ponto: o sócio Manuel Pedrosa Crespo estava bastante subordinado às decisões do sócio José Ramos Leal. Esta subalternização dever-se-ia com certeza ao maior poder económico deste sócio, não nos tendo sido contudo possível saber a percentagem das quotas de cada um. Sabe-se que o sócio Crespo estava muito ligado à compra de pinhais e que pouco se fazia sentir a sua influência na fábrica propriamente dita. Os encarregados eram quem dirigia de perto os operários.

Pensamos que, ao longo dos anos, outras pessoas se tivessem feito sócias da fábrica.

Numa carta de 8 de março de 1924, faz-se referência a um sócio de nome Marino, que seria o melhor conhecedor dos assuntos das contribuições. Noutra carta de 7 de março de 1933 refere-se outro sócio, de nome José das Neves, que era também dono de pinhais. Não sabemos quando terão entrado para sócios, nem qual a percentagem de quotas que possuíam. Sócias fundadoras foram também, Tereza de Jesus Pedrosa Crespo, Idolinda Pedrosa Crespo e Auzenda Pedrosa Crespo.

3.2. Fatores de localização

Quanto à localização da serração, o principal fator deverá ter sido, naturalmente, o pinhal de Leiria, com grandes disponibilidades de matéria-prima. No entanto, uma serração de madeiras não beneficia somente da proximidade da matéria-prima, mas também da possibilidade de um bom escoamento dos seus produtos. Parece claro, que a opção de instalar a serração em Monte Redondo, e não no Coimbrão, local de origem dos seus sócios fundadores, e também com grandes áreas de pinhal envolvente, se deveu à existência de uma estação de caminho-de-ferro. A estação de Monte Redondo é a mais próxima da vila de Coimbrão, por onde, desde 1888, passa a linha do oeste com ligação direta entre Lisboa e Coimbra. Só assim se justificará a proximidade tão estreita entre

a fábrica e a estação, escassos 50 metros, aproximadamente. Existiam carris comunicantes entre a RLC e os carris da C. P. Sem dúvida que o escoamento dos produtos da serração era de primordial importância.

Outro fator a ter em conta era a disponibilidade de mão-de-obra não qualificada, que abundava na área. Além de uma policultura de subsistência, as atividades económicas cingiam-se ao trabalho nos pinhais, à serração de madeiras, ao fabrico de pez e de carvão, e à moagem de cereais.

De facto, a maioria dos trabalhadores da fábrica, como se verá mais adiante, não tinha uma função especializada a desempenhar. Os trabalhos especializados, como o de fogueiro, aparelhador ou serralheiro, ocupavam um número muito reduzido de trabalhadores.

A existência de lenha e de água em grandes quantidades era suficiente para responder às necessidades energéticas da serração, que possuía uma caldeira geradora de energia: o vapor de água.

Atendendo à necessidade de proximidade da serração à estação de caminho-de-ferro, não será arriscado concluir que a principal procura dos produtos da serração se encontrava para além da escala de Monte Redondo. Todos os elementos disponíveis conduzem à opinião de que aquando da instalação da fábrica, a procura centralizada na área de Lisboa aumentava rapidamente. Foi exatamente no princípio dos anos 20 que se iniciou um crescimento quase explosivo da área urbana e suburbana de Lisboa, intimamente ligado ao desenvolvimento dos transportes. Esse crescimento urbano teve expressão no incremento da indústria de construção civil, que terá influenciado sobremaneira a procura de materiais em madeira, como soalhos, tetos, janelas, etc., que eram, por encomenda, preparadas em serrações como a RLC.

A este facto não é alheia a existência de um escritório da fábrica, em Lisboa. Até que ponto a maior parte das encomendas viriam do escritório de Lisboa, será assunto a tratar noutra capítulo; para já pensamos que a sua importância seria de realçar.

4

27 anos na vida da fábrica

Porque a realidade estudada é também uma realidade passada, optámos pelo seu enriquecimento, dando vida às descrições, mediante o acompanhamento dos factos apurados, relativamente ao processo produtivo.

Como método de análise, fizemos uma apreciação da informação relativa às forças produtivas - meios de produção e força de trabalho - assim como às relações sociais de produção.

Como o processo produtivo é a relação dinâmica entre os elementos que compõem as forças produtivas, a inserção de capital fixo e variável (valor acrescentado no ato da transformação), e igualmente caracterizado pela formação de mais-valia, a sua análise foi diluída ao longo do trabalho, ficando assim explicada a ausência de um capítulo próprio só para o tratamento do processo produtivo.

4.1. Forças produtivas

4.1.1 - Meios de produção

Com base em informação escrita e oral relativa à atividade da RLC, tentámos ilustrar a vida da fábrica ao longo do tempo e, não menos importante, enquadrá-la na vida de Monte Redondo.

Estávamos conscientes de que seria ambicioso retratar a vida de uma povoação, ao longo de 27 anos, tendo por base a atividade de

uma serração, mas foi essa a tónica que tentámos imprimir não só a este capítulo, como a todo o trabalho.

4.1.1.1 - Matérias-primas

A principal matéria- prima, a madeira, era adquirida sob a forma de toros. A fábrica comprava talhões nas matas, em concursos, nos quais os pinheiros eram escolhidos e abatidos por serradores, que poderiam ser trabalhadores da fábrica ou serradores braçais por conta própria.

Os pinhais de onde provinha a madeira eram diversos, abrangendo um raio de aproximadamente 7,5 Km à volta da serração.

Os talhões arrematados pela fábrica encontravam-se tanto em pinhais do Estado como em particulares. Um exemplo de pinhal do Estado, onde a RLC se abastecia, era a mata do Urso.

Quanto aos pinhais particulares, foi impossível a sua localização no espaço, dado que figuram com os nomes dos seus detentores, e não vêm referidos na carta topográfica da área de Monte Redondo.

Um dos fornecedores da fábrica era o Sr. João Leal, primo do sócio Ramos Leal, gerente da serração.

Foi possível conhecer os nomes dos pinhais, embora acreditemos que a sua diversidade fosse maior. (ver mapa topográfico, no anexo 2, e quadros 1 e 2).

Não se apuraram quantitativos referentes à madeira comprada pela fábrica ao longo dos seus 27 anos de existência, mas foi possível conhecê-los para alguns anos, como por exemplo o ano de 1932, conforme se demonstra no quadro 1, onde se podem observar os pinhais em que se procedeu ao abate de pinheiros, o total de madeira transportada pelos carreiros, por pinhal e por mês, bem como os respetivos totais. Temos de salientar que esta informação foi colhida a partir das guias de carreiros (ver no anexo 7), que encontrámos, pelo que nos limitámos à informação disponível, ficando sem saber se corresponderiam à totalidade das madeiras transportadas para a fábrica. O mais provável é que não fossem, dada a grande disparidade de números entre alguns meses. Não sabemos

se os números reduzidos de alguns meses se deverão à falta de informação, ao fraco consumo, ou à ausência de compra por não ser oportuna.

Identificámos 28 pinhais fornecedores de madeira, e outro, conhecido como o Pinhal do Patrão, sem sabermos a sua localização e a qual dos padrões se reportava; e ainda outros, que denominámos de “diversos”, quando não era perceptível o nome do pinhal.

O incorreto preenchimento das guias de carreiros por parte do empregado responsável por essa tarefa, também acarretou algumas dificuldades de interpretação.

Da totalidade dos pinhais, o pinhal da Ilha foi o que mais madeira forneceu: 238.060 Kg. Seguem-se os pinhais do Paul com 232.170 Kg, o de Bouça com 212.700 Kg e o do Covão com 171.438 Kg.

O pinhal da Rosa figura com uma contribuição de somente 1.150 Kg, totalmente recolhida no mês de maio.

Os meses que, segundo a informação disponível, parecem ter sido de maior atividade no abate e transporte desta matéria-prima, são, por ordem decrescente: setembro, outubro, maio, abril, fevereiro, junho, julho, janeiro, novembro, agosto, dezembro e março.

Segundo informação recolhida no livro de Arala Pinto, “O Pinhal do Rei”, vol. I, pág. 300, já em 1812 se dizia ser o mês de janeiro o mais indicado para o corte de madeiras de pinho; contudo, os dados que recolhemos não o confirmam, talvez por lacunas de informação.

Verificamos que foi na primavera e no outono que se cortou e transportou mais madeira. A este facto não devem ser alheias as condições climáticas. Nos meses mais frios e pluviosos, e no mês de Agosto seria mais penoso cortar e transportar os toros de madeira. Os custos da mão-de-obra, bem como a procura, também deveriam ter alguma influência.

QUADRO 1 - Pinhais Abastecedores da R.L.C. Lda. em 1993
Madeira transportada em carros bois até à fábrica (Kg)

Fonte: Guias de caarreiras de 1932

PINHAIS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Bajouca		20.062				500
Barreirinha		3.740		1.310		
Bouça		1.170	1.370	1.450		
Braçal		1.990				
Brejo		33.850				
Carmação				26.120	1.970	2.860
Casal da Clara					1.720	1.859
Charneca		1.940				
Coimbrão						
Covão	3.340			3.270		
Ervideira	2.170					3.850
Fontainhas						
Ilha	4.720	27.150		35.920	98.550	63.950
Ilha Rosados					2.580	
Lage						56.610
Lagoa						
Lagoa Cova						
Lagoa D'Alva	39.751				2.290	
Laguitas		10.590				1.090
Lezíria				7.700		
Lavegadas				15.950		
Murtinheira			1.300			
Paúl						
Rosa					1.150	
Touca		10.290		31.525	1.280	
Uchinhas		15.970				
Patrão	21.380					
Diversos	38.790	30.520				
Seixo				27.860	37.170	13.280
Sesmaria				10.200	35.030	
Total	110.151	157.272	2.670	161.305	181.740	143.999

JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
		18.170	2930			41.662
						5.050
	7.310	42.990	90.160	68.250		212.700
10.130						12.120
						33.850
						30.950
76.080						79.659
						1.940
3.250		5.680	18.820			27.750
		16.990	142.100	2.888	2.850	171.438
8.190		7.300	16.550	6.880		44.940
	2.160	3.670	3.140	1.330		10.300
3.440		2.150	2.180			238.060
						2.580
730						57.340
6.340	22.250					28.590
		17.710				17.710
		1.990				44.031
						11.680
						7.700
						15.950
	9.280	6.440				17.020
	20.550	188.460	23.160			232.170
						1.150
						43.095
						15.970
						21.380
2.800	1.440				1.860	75.410
						78.310
						45.230
110.960	62.990	311.550	299.040	79.348	4.710	1.625.735

QUADRO 2 - Custo base transporte madeira em carros de bois até à fábrica,
dos pinhais abastecedores da R.L.C. Lda., em 1932 (Escudos)

Fonte: Folhas de transporte de madeira de pinhais

PINHAIS	FEV.		ABR.		MAI.		JUN.	
	6	20	16	23	21	28	11	24
Charneca	8							
Ilha	13,5	13/14	15		14/15	14	14/15	
Braçal								
Bajouca		10					10	
Laguitas		12					10	
Brejo		11						
Bouça		12						13
Barreirinha		13						
Touca		10		10				
Seixo			9/10		8/9			
Carmação			10					
Levegadas				8				
Rosa					10			
Laje							10	
Lagoa D'Alva								10/12
Covão								8
Feteira								15
Casal da Clara								
Aroeira								
Ervideira								
Lagoa								
Murtinheira								
Lagoa Cova								
Paúl								
Coimbrás								
Fontainhas								
Bouça de Cá								
Bouça de Lá								
Bajouca de Cá								
Bajouca de Lá								

Uma serração na vida de Monte Redondo

JUL.			SET.				OUT.			CUSTO MÉDIO (Escudos)	DISTÂNCIA A FÁBRICA
9	16	23	3	17	24	30	9	15	29		
	6									7.00	4.750
13									15	14.12	6.750/7.500
		8								8,00	2.250
				9	9	9	9			9.30	3.500
										11.00	2.000
			15	15	15	15	15	15			
										9.00	5.750
										8.00	2.750
			5							7.50	5.000
					10		10				
								8	8		
										15.00	7.250
11	11	11								11.00	7.000
	6									6,00	2.000
	11	11						12	12	11.50	5.500
		4.5									
			12	12							
			7								
			5	5/6	5	5/6	5/6	6		5.50	1.000
				9		10				9.50	3.500
					9		9	9		9.00	3.750
									12/13	12.50	4.750
									15	15.00	5.500
									9		
									12		

O quadro 2, também relativo ao ano de 1932, mostra os preços base do transporte, por tonelada, ao longo do ano. É possível estabelecer uma relação direta entre a distância dos pinhais à fábrica e o custo do transporte por tonelada.

O custo mais baixo refere-se ao pinhal da Lagoa, que não localizámos no mapa topográfico. O pinhal do Paul, que se encontrava só a cerca de mil metros da fábrica, aparece com custos entre os 5 e 6 escudos por tonelada transportada, ou seja, dos preços mais baixos

O pinhal da Ilha era o que se encontrava a uma maior distância da RLC e o que apresenta um custo médio mais elevado de transporte, por tonelada. Apesar disso, era o pinhal que vendia mais madeira à fábrica. Presumimos que fosse pela qualidade e/ou quantidade de madeira disponível.

Através da leitura da correspondência trocada entre o escritório em Lisboa e a fábrica, foi possível detetar alguma informação acerca da compra de madeira. Era permanente a preocupação em adquirir talhões de pinhal consoante as tendências do mercado. Quando havia grande quantidade de encomendas e se previa a continuação “de alta de madeira” (estável ou com tendência a subir) era recomendada pelo gerente a procura e a compra de pinhais, o mesmo acontecendo quando se previa, ou já havia, uma “encomenda grande”. Quando a procura de materiais baixava, prevendo-se a continuação de “baixa de mercado” a tática era a de ir comprando pinhais sem limite de prazo para o corte, por preços que lhes conviessem, chegando até a suspender a aquisição de talhões em períodos de crise, como está referido numa carta de 12 de novembro de 1924.

O trabalho dos serradores era acompanhado de perto por um encarregado que orientava o abate dos pinheiros segundo a sua altura e idade, consoante as necessidades, referentes ao comprimento e à largura das ripas ou vigamentos encomendados.

O instrumento usado pelos serradores era o serrote, que tinha cerca de 1.35 m de comprimento e era constituído por uma serra com

uma faca dentada, de dente triangular, duas puxadeiras, e um encosto, só utilizado aquando do transporte do serrote (fig.1).

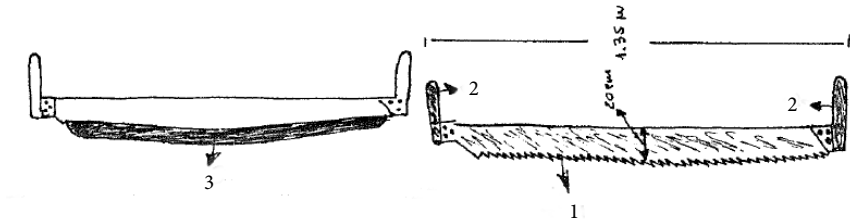


Figura 1. Serrote

1 - Serra propriamente dita | 2- Puxadeira | 3- Encosto

Extraído de: “Os serradores braçais do Grou”, pág. 23.

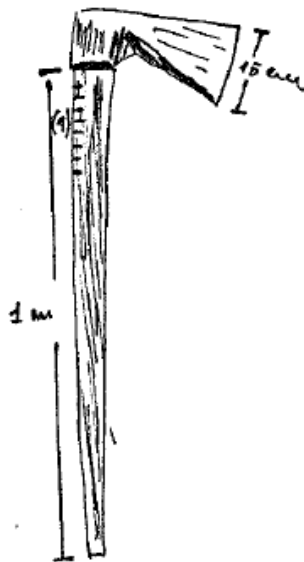


Figura 2. Machado

Extraído de: “Os serradores braçais do Grou”, pág. 24

O cabo do machado era frequentemente utilizado como unidade de medida.

Poderiam também utilizar um machado, quando os pinheiros tinham menos diâmetro. O machado (fig. 2) era constituído por um cabo e uma lâmina. O comprimento era de aproximadamente um metro, tendo a lâmina uma largura de 15 cm.

Os primeiros golpes dos serradores eram desferidos com o machado junto à base do pinheiro, a cerca de 10 cm de altura do solo, onde se fazia um entalhe, a bica, cujo vértice definia a direção do local para onde a árvore deveria tombar. Seguidamente, no lado oposto à bica, “dois serradores, curvados sobre o pinheiro, com um joelho assente no chão, manejando habilmente o serrote, deitam o pinheiro a baixo”, como se refere no trabalho “Os serradores braçais do Grou”.

Intimamente ligada a esta matéria-prima estava o seu transporte. Após medida e cortada a madeira, os toros eram transportados em carros de bois até à serração, pelos carreiros, trabalhadores externos, que não pertenciam ao pessoal da fábrica. Os toros eram colocados em cima dos carros, à força de braço, por quatro ou cinco homens. Geralmente, o comprimento dos toros era de 2,20 m a 4,50 m, para madeiras correntes, podendo atingir os 8 m quando eram destinados a vigamentos.

Os carros de bois, com os animais em parelha, eram totalmente construídos em madeira, cujo lastro teria um comprimento de 2,30 m a 2,40 m, com rodas maciças. Uma vez que não foi possível observar um carro deste tipo, reproduz-se aqui em desenho (fig.3), uma fotografia inserida em “O pinhal do Rei”, de Arala Pinto.

(inserir fig. 3) Esta fig. não está no texto original

Como se pode observar, quando se tratava de transportar toros com mais de 5 m, era necessário juntar dois ou mais carros, usando duas juntas de bois. Quando o terreno era acidentado, podia-se também utilizar mais de uma parrelha de animais, constando até que, em determinados locais, os carreiros pediam emprestados bois, a agricultores que tivessem os seus animais por perto, para ultrapassar uma subida íngreme, ou desatolar um carro da areia.

Não foi possível apurar se, neste caso, o agricultor receberia algo em troca ou se emprestava graciosamente os seus animais. Segundo informação do Sr. Barca, ainda se poderia encontrar este tipo de carros na área do Paço. Contudo, não nos foi possível encontrar um exemplar.

No “Diário de Lisboa” de 5 de Dezembro de 1981, em reportagem feita junto do Museu do Monte Redondo pode ler-se: “carros de madeira, de roda maciça a apodrecer ou transformados em lenha”. Poderão alguns deles ser antigos carros de carreiros.

Os carreiros recebiam um pagamento de acordo com a distância percorrida entre o pinhal e a serração, e também por tonelada de madeira transportada. Conhecida a tara do carro de bois, esta era deduzida do seu peso bruto (tara + madeira) e assim avaliado o peso do material transportado. O custo do transporte de uma tonelada de madeira oriunda do pinhal da Ilha era substancialmente superior ao do que era transportada desde o pinhal do Paul (ver quadro 2).

Segundo informação oral, os meios de transporte eram propriedade dos carreiros, homens e mulheres, embora predominassem os primeiros, ligados à agricultura, que possuindo uma ou duas cabeças de gado bovino, aproveitavam os animais para transportar as madeiras, ajudando assim a equilibrar o orçamento familiar.

É possível imaginar algumas dezenas de carros de bois em lento e penoso movimento pelos caminhos destas redondezas. Antes dos anos 30 não havia estradas, e caminhos havia que, de tão estreitos, só permitiam a passagem de um carro. O Sr. Olímpio Verde referiu-nos que havia carreiros que partiam de manhã cedo e regressavam já sol-posto.

Perto do final da existência da RLC foi introduzida a inovação do transporte motorizado. Assim, já durante a II Grande Guerra, a fábrica comprou uma camioneta Mercedes, que teve de ser vendida por não ser rentável. Pareceu-nos que esta falta de rentabilidade se deveu à má gestão e coordenação do transporte do produto final (essencialmente para a região de Lisboa) com o da matéria-prima. A camioneta terá permitido à fábrica arrematar talhões de matas na região a sul do Tejo. Terá havido, assim, na fase final da serração, uma diversificação das áreas de abastecimento de madeira, segundo informação fornecida pelo Sr. Barca. Deprendemos, de alguma correspondência, a utilização de serviços de camionagem particular, para transporte de madeira, embora não nos fosse possível saber se os fretes seriam suportados pela fábrica ou pelas empresas clientes. A partir de 1942, parecia já haver este tipo de serviço, pelo menos no que diz respeito às madeiras das matas do Estado. Numa carta de 13 de julho de 1942 pode ler-se: “Ainda ontem fizemos a viagem com o Sr. Carlos Vieira que vinha para Lisboa e nos disse estar a trabalhar a 10\$00/Km, e que daqui por mais algum tempo nem a 20\$00 poder trabalhar, porque não tem, nem pneus nem combustível para o carro”.

Será abusivo apresentar esta referência como prova da existência de aluguer de camionetas para transporte, pela RLC, mas não quisemos deixar de colocar a hipótese. De qualquer modo, será igualmente abusivo acusar os sócios da RLC de falta de iniciativa e receio de investimento, dada a dimensão produtiva da fábrica – bastante inferior à do Sr. Carvalho – e só depois da II Grande Guerra se ter generalizado o transporte automóvel.

Entre os anos 20 e 40, do século XX, criaram-se as condições objetivas favoráveis a um rápido desenvolvimento das forças produtivas, como foi o caso da grande evolução no campo dos transportes.

Outra matéria-prima importante à laboração da serração era a água, elemento indispensável para a produção de energia utilizada na fábrica. A caldeira, através do aquecimento da água, produzia vapor de água que fazia mover as máquinas.

A água era extraída de um poço, que se localizava dentro da área da fábrica, através de uma bomba (ver planta de localização hipotética, no

anexo 3). A água era bombeada para um depósito subterrâneo, e através de canalizações diversas era distribuída para a caldeira, a boca-de-incêndio, o bebedouro e o escritório, última casa do lado norte do Bairro Operário.

Pensamos que se abasteciam da água do poço: o pessoal da fábrica, os operários e outros trabalhadores, bem como os habitantes do bairro operário, pertencente à fábrica. Por informação do Sr. Agostinho Estrada e pela seguinte carta datada de 21 de Novembro de 1933: “Amanhã só se tira água depois da chegada do comboio 201, tanto para abastecimento da caldeira como para as pessoas que aí se costumam servir”, soubemos que a água do poço também estaria disponível para pessoas alheias à fábrica, mas que a usavam com autorização, o que, a ser verdade, significaria a existência de água em abundância.

A água servia também para combater incêndios que se declarassem na fábrica, como se pode aferir pela seguinte carta enviada de Lisboa para Monte Redondo: “Incêndios: proibir, colocando letreiros, que se fume, ou acenda lume, dentro dos edifícios da fábrica, e não colocar madeiras ou outras coisas incendiáveis sobre a conduta da caldeira.” Tivemos a informação de ter havido incêndios na fábrica.

Também nos referiram a existência de um tanque onde se procedia ao arrefecimento da forja da serralharia. A forja era alimentada por carvão que ia de Lisboa para Monte Redondo. Não conseguimos entender o envio de carvão de Lisboa, dado que na época em que a fábrica laborava, encontrava-se em intensa atividade a produção de pez e de carvão na área de Monte Redondo. Não seria mais económico comprar carvão aos pezeiros? Talvez se tratasse de uma questão de qualidade ou de preço do carvão. No entanto, se se comprava carvão na área de Lisboa, quando este se produzia em grande quantidade nas redondezas, mais concretamente na área do Grou, é porque devia haver um motivo muito forte. Uma carta enviada do escritório de Lisboa refere o envio de 500 Kg de carvão para Monte Redondo.

Falta referir uma última matéria-prima, a lenha, utilizada para a combustão da caldeira. Era trazida dos pinhais, sendo constituída pela madeira imprópria para transformação em produto final. Igualmente se

utilizavam os restos e desperdícios do trabalho da serração, incluindo a serradura.

Informou-nos o Sr. Barca, que a RLC chegou a trabalhar a eletricidade, embora não saibamos quando esta fonte de energia terá sido introduzida na fábrica. Calculamos que não tenha sido muito antes da II Grande Guerra.

4.1.1.2 - Meios de trabalho

Relativamente aos equipamentos, isto é, edifício, máquinas, utensílios, ferramentas, o único documento que compila conjuntamente todos eles, é uma escritura datada de 12 de janeiro de 1948 (ver anexo 5), em que os sócios da Ramos Leal e Crespo, Lda., procederam ao arrendamento da serração à empresa Mecânica de Madeiras de Monte Redondo.

Foi pois possível conhecer os meios de trabalho da RLC, num dado momento, durante a passagem do ano de 1947 para o ano de 1948, sem que tenhamos elementos referentes à sua evolução. Decerto que os meios de produção com que a RLC começou a laborar nos anos 20 seriam em muito menos quantidade e qualidade. As exigências da produção, o avanço tecnológico, devem ter obrigado à aquisição de novas máquinas e outros equipamentos, ao longo dos 27 anos de laboração.

Da empresa que hoje ocupa o espaço da antiga fábrica, uma empresa de tratamento de madeiras, conseguimos obter uma planta que representa o espaço atualmente ocupado por esta empresa.

Tentámos delimitar a área que corresponderia à RLC, contando com a ajuda do Sr. Agostinho Estrada e do Sr. Barca, e nela localizar os diversos edifícios. Foi a parte mais difícil desta tentativa de reconhecimento da extinta RLC. A fábrica dispunha de espaços distintos, consoante as diferentes necessidades da atividade laboral, mas temos consciência de que não poderemos garantir a sua localização rigorosa. Só foi possível chegar a um esboço, construído a “olho”, sem o rigor de medidas e

orientações. Seguimos a ordem descritiva do inventário, referenciando os diferentes espaços, mas sem conteúdos nem funções.

Não descrevemos exaustivamente os equipamentos. Além de estarem todos referidos na escritura, pareceu-nos mais útil e conducente ao objetivo do trabalho, a interpretação desses mesmos equipamentos, pelo que, sempre que achámos necessário, os introduzimos para ilustrar o processo produtivo.

A fábrica possuía um escritório, em Monte Redondo, que ocupava o último edifício do Bairro Operário, ou seja, a casa mais a norte. Foi nesse edifício que o Sr. António Marques Pedrosa encontrou toda a velha papelada da fábrica, que subsistiu no tempo. Hoje, recuperada, é uma casa de habitação.

No escritório processavam-se as atividades de gestão e contabilidade que competiam ser realizadas em Monte Redondo, porque, como veremos, era no escritório de Lisboa que se fazia a verdadeira gestão da empresa.

Refere-se no inventário a existência de “uma secretária com uma gaveta, e dois armários com seis gavetas cada (privativa do sócio Manuel Pedrosa Crespo Júnior)”, pelo que supomos ter sido neste escritório que este sócio da fábrica tivesse exercido as funções de direção. Teria sido neste mesmo escritório que trabalhara seu pai, Manuel Pedrosa Crespo, sócio da fábrica desde o seu início. Convém referir que o sócio e gerente Ramos Leal exercia as suas funções de direção e gestão da fábrica, do escritório que existia em Lisboa, onde passava grande parte do tempo.

A existência de várias secretárias e estantes dá a entender que era neste escritório que outros funcionários administrativos, ou pelo menos um, cumpriam as suas funções. Segundo informação oral, por lá passaram o Sr. Nobre, o Sr. José Maria de Oliveira e o Sr. Venâncio, todos falecidos. O Sr. José Pedrosa passou igualmente pelo escritório.

Em 1923, foi enviado de Lisboa o empregado Fonseca para desempenhar funções no escritório de Monte Redondo. A carta, de 13 de abril de 1923, diz o seguinte: “Empregado Fonseca: Deve seguir para aí na próxima 5ª feira, por isso achamos conveniente que caso o nosso sócio, Sr.

Ramos, se retire antes da chegada dele, que combine com o nosso sócio, Sr. Crespo, a forma como ele deve ser apresentado ao pessoal com o fim de não lhe faltar a autoridade de que carece para o desempenho da sua missão”.

Este parágrafo deixa adivinhar que o empregado Fonseca, decerto iria ter contactos diretos com os operários, daí a importância de “não lhe faltar autoridade”.

A existência de vários tipos de carimbos comprova que era por ali que passavam a correspondência, as encomendas, diretas ou que chegavam via escritório de Lisboa, que se fazia a contabilidade local, etc.

Num referido “cofre de ferro à prova de fogo com 3 gavetas e 4 divisões” seriam guardados os documentos mais importantes e talvez algum dinheiro e cheques, dado que o pagamento dos salários dos trabalhadores eram efetuados todas as semanas.

Fazemos agora menção ao escritório da RLC, em Lisboa, mais concretamente na Rua Áurea, 178, 2º direito, lugar central de toda a atividade terciária lisboeta e nacional, verificável na correspondência trocada com o escritório de Monte Redondo.

Era em Lisboa que se exercia a verdadeira direção da fábrica e gestão dos negócios, facto a que não é alheia a presença permanente do Sr. Ramos Leal, como gerente, só se deslocando à fábrica nos fins-de-semana, ou uma vez por semana.

Neste tipo de atividade era de inegável importância a proximidade de um escritório junto dos construtores civis, empreiteiros e outras empresas, que faziam as principais encomendas. No timbrado ao lado, verifica-se a importância do escritório de Lisboa: “contabilidade, pagamentos, recebimentos, reclamações”. Lê-se ainda no timbrado: “Todas as consultas e encomendas são feitas à sede”. Eram feitas à sede, em Monte Real, mas por intermédio do escritório de Lisboa, como é comprovado na correspondência.



FIGURA 4. Timbrado de papel de correspondência

Da Rua Áurea enviavam-se para Monte Redondo as senhas de “pequena ou grande velocidade” referentes aos vagões expedidos em vazio de Lisboa, davam-se instruções à fábrica relativamente à compra de talhões e ao estabelecimento dos respetivos preços, assim como à forma de carregar os vagões, faziam-se os pagamentos enviando cheques sobre as dependências bancárias de Leiria, enviavam-se as serras, o carvão, os óleos, as correias e todos os materiais necessários ao funcionamento da fábrica; e ainda se fazia a análise do mercado.

Em Lisboa não só se estabelecia o controlo do negócio propriamente dito, como de todas as restantes atividades, incluindo os salários dos trabalhadores, como, a propósito, se pode constatar de uma frase retirada de uma carta de 12 de Dezembro de 1924: “Para a próxima vez não deliberarem sem nos consultar”. Significativo, de facto.

Aparte o Sr. Ramos Leal, não conseguimos apurar quantos empregados de escritório trabalhariam no escritório de Lisboa.

Vejamos, com base no inventário da referida escritura e planta da fábrica, como se distribuíam os edifícios e os equipamentos da fábrica, em Monte Redondo.

Na “casa da máquina” (ver planta, no anexo 3), encontrava-se uma máquina com motor a vapor, que era responsável pelo movimento de todas as serras, e que, pela marca, deveria ser de origem estrangeira.

De todos os utensílios e instrumentos, salientamos a existência de uma mesa com gaveta, um banco e uma cadeira, utilizados certamente pelo operário que controlava a máquina.

A “casa da caldeira” era contígua à “casa da máquina”, separadas por uma parede com uma porta, que permitia a passagem entre as duas “casas”. Na parede havia também as aberturas necessárias à passagem dos tubos que conduziam o vapor para o cilindro da máquina.

A “casa da caldeira” era o coração da serração. Na caldeira eram introduzidas a lenha e a água para produzirem o vapor que era injetado no motor, a fim de dar vida a toda a fábrica.

A marca da caldeira é a mesma do motor a vapor, Ruston Proctor e C^a. Dada a grande dependência tecnológica do país, supomos que estas máquinas teriam sido importadas, ideia cimentada pelo facto de as fitas da serra, em 1923, terem sido encomendadas à casa Bruckner de França, através de uma filial em Lisboa, e que tinham de passar pela alfândega, o que prova a sua importação.

Não se sabe se a caldeira e o motor seriam os mesmos desde 1920, mas foi-nos dito que a RLC sempre trabalhou com energia a vapor.

O operário responsável pelo funcionamento da caldeira tinha a designação de fogueiro.

A fábrica possuía uma pequena estufa dupla, que se encontrava algures a oeste da casa da caldeira. O objetivo da estufa era de secar as madeiras que não podiam ser vendidas em verde, como era o caso das madeiras aparelhadas, para a construção. A madeira era colocada, sob a forma de tábuas, dentro de uns carrinhos que entravam na estufa.

Por vezes, sobretudo no inverno, a madeira ficava a secar durante a noite, para estar pronta a ser trabalhada no princípio da manhã. Quando

assim era, a caldeira tinha que se manter acesa, e vigiada a pressão do vapor, já que as ventoinhas da estufa funcionavam com aquela energia. A estufa tinha duas ventoinhas laterais (mencionadas no inventário) que injetavam ar quente. O vapor de água circulava por umas turbinas.

Quando a estufa não trabalhava durante a noite, deixava-se arrefecer a caldeira. Entre as quatro e as cinco horas da manhã, o fogueiro reativava-a com vista à produção do vapor necessário ao funcionamento da máquina, pelas 7.30 h da manhã, quando os operários pegavam ao trabalho. Não foi possível apurar em que ano a estufa foi implantada na fábrica.

Na “casa das madeiras aparelhadas” empilhavam-se, como o nome indica, as madeiras aparelhadas que aguardavam escoamento. A sua posição relativa no espaço da fábrica deixa dúvidas, já que o Sr. Barca não sabia ao certo a sua localização. Não quisemos deixar de fazer uma aproximação da realidade e demarcá-la na planta. Não foi possível explicar a existência de um tambor de ferro fundido nesta “casa”, já que, pelo que se sabe, nesse espaço não se produzia nada, servindo somente como “armazém”.

A “casa dos óleos” era contígua à casa da caldeira, com a qual tinha comunicação. Nessa “casa” há a registar a existência, para além de latas de óleo, de correias, manilhas, algodão, sisal e serras circulares.

A “oficina de serralharia” era contígua à “casa das máquinas”, e o local próprio para se afiarem as serras e consertarem todos os instrumentos da fábrica, o que de certo modo pode explicar a variedade de objetos que lá se encontravam à data da realização do inventário: fitas de serras, máquinas de afiar, bancadas, bigornas, cavaletes, tornos, serrotes, maçaricos, berbequins, chaves, cantoneiras de diferentes polegadas, correntes, picaretas, serras, sucatas, manómetros, rolamentos, limas e ferramentas diversas. Era neste oficina que se trabalhava com a forja, que tinha ao lado um pequeno tanque com água para arrefecimento dos materiais incandescentes.

O poço, referido aquando da alusão à água como matéria-prima, ficava localizado aproximadamente no local sugerido na planta.

Inicialmente com uma profundidade de 19 metros, foi, pouco depois, ampliado, tendo ficado com uma profundidade de 25 metros, segundo nos disse o Sr. Agostinho Estrada.

Uma carta de 3 de março de 1923 refere um “alargamento do furo central”, que depreendemos ser o poço, a ser realizado pelo Sr. Augusto Belchior, da Marinha Grande, cuja empresa era também responsável pelo arranjo da máquina a vapor, motores, etc.

Segundo a escritura, no anexo 5, a água era extraída do poço através de uma bomba a vapor, com chupador e tubagem, que levava “a água a duas bocas-de-incêndios, que ficam juntas às paredes exteriores do lado sul da oficina da serralharia e da casa da máquina, bem como também, por respetivas canalizações, ao depósito situado sobre as retretes e deste depósito ao bebedouro do pessoal da fábrica, situado próximo da chaminé, e ao escritório”.

Segundo informação oral, a RLC não teria nenhum depósito de água aéreo, o que é contradito no parágrafo anterior. Nada impediria a existência de dois depósitos, um subterrâneo e outro aéreo. É mais um elemento que não ficará esclarecido. Contudo, revela a existência de retretes, confirma a existência de um bebedouro do pessoal da fábrica, e ainda de duas bocas-de-incêndio, bem como a sua localização.

Elementos de grande importância na fábrica deveriam ser as balanças, destinadas a pesar a matéria-prima principal: os toros. As duas balanças, cada uma com capacidade para 3.000 quilos, deveriam ter a função de pesar os carros de bois carregados de toros. O peso de madeira que um carro destes poderia transportar não ultrapassaria as duas toneladas, como encontramos registado nas “folhas dos carreiros”, no ano de 1932.

A localização das balanças, apontada na planta, é também, como tudo o resto, hipotética.

A RLC não teria as 2 balanças desde 1920. Numa carta de 28 de junho de 1924, a propósito do despedimento de um operário serralheiro, diz-se que lhe deveria ser retirada a loja que o Sr. Crespo lhe alugara em frente à estação. Esse operário foi identificado pelo Sr. Barca como

sendo o Sr. Nascimento. A loja referida era uma taberna, que tinha uma balança muito comprida para pesar os carros dos carreiros. Era a mulher do referido operário que tomava conta da taberna durante todo o dia. As balanças da fábrica não deveriam ser suficientes. Daí a utilização da balança da taberna, propriedade do Sr. Crespo, sócio da fábrica.

No “corpo da fábrica propriamente dito”, encontravam-se as máquinas que faziam a transformação da madeira nos diversos tipos de materiais encomendados: os tornos, a máquina galorpa, de marca estrangeira, uma máquina topi, uma plaina, uma máquina de serra circular, de fasquiar, uma máquina de serra circular dupla, de traçar, uma máquina de serra de fita, que trabalhava em rolamentos, dois carros charriot com rolamentos, que rolavam sobre linhas férreas com o comprimento de 30 metros, etc. Havia ainda uma máquina automática de afiar facas de plainas, de marca estrangeira, que ficava junta a um torno de bancada, fixo no muro.

Era neste grande espaço que funcionavam as máquinas e onde haveria o maior movimento de operários num ambiente com um barulho ensurdecedor, sobretudo dos tambores e das serras.

O motor a vapor que se encontrava na casa da máquina fazia acionar um tambor que se ligava, por uma correia de 60 cm, a um eixo, a quem transmitia um movimento giratório. O eixo estava encaixado numa pequena vala aberta no chão, que atravessava a fábrica e que tinha vários tambores, com várias correias, que faziam mover as serras a si ligadas.

Todas as “casas” referidas, não passavam de pavilhões construídos em tijolo e com telhado em telha de cerâmica.

No inventário, aparece a referência do material ferroviário, relacionado com o transporte utilizado para escoamento dos produtos.

Assim, a RLC dispunha de 2 vagões, adquiridos certamente à C.P., que, segundo informação oral, os requisitou à fábrica durante a II Grande Guerra. Os dois vagões, com capacidade máxima para 15 toneladas cada, asseguravam o transporte de parte do produto final, desde a fábrica ao seu destino. Junto do portão da fábrica por onde se fazia a ligação à linha do oeste, existia um “telheiro coberto de zinco e armado sobre grossos

pilares de tijolo” (ver planta, no anexo 3). A fábrica ligava-se à linha do oeste por “um ramal ferroviário com 53 metros de comprimento”. Os vagões e o ramal existiam desde o início da fábrica.

Um outro importante elemento da fábrica, não aparece mencionado no inventário: a chaminé. Calculamos que tenha cerca de 30 metros de altura, e servia para expelir os fumos que provinham da caldeira. Construída em tijolo, possuía duas pequenas entradas, junto ao solo, que se encontram tapadas. O Sr. Agostinho Estrada, que participou na sua construção, informou-nos que foi construída pelo lado de dentro. A parede redonda ia aumentando de altura ao mesmo tempo que se iam colocando escadas que serviriam mais tarde para a sua limpeza e manutenção, trabalho que era feito com regularidade por trabalhadores da fábrica, entre os quais, o Sr. Agostinho Estrada.

O bairro operário não fazia parte da escritura, mas era parte constituinte do património da RLC. Foi construído pela fábrica para alojar trabalhadores. Também era conhecido por bairro dos noivos porque, para além de alojar trabalhadores não residentes em Monte Redondo, alojava os trabalhadores que se casavam. Era constituído por oito habitações, situava-se no lado leste da serração e tinha saída direta para o seu interior. Das oito habitações, as duas primeiras, a sul, teriam sido o refeitório e a cozinha; a última, do lado norte, como já dissemos atrás, era ocupada pelo escritório da fábrica.

Não nos foi possível realizar o levantamento do bairro operário, a nível de planta, materiais de construção e recheio interior, muito menos conhecer a história dos seus ocupantes, o que seria um trabalho interessante, que ajudaria à compreensão de vida social da RLC.

4.1.2 - Força de trabalho

Com base nos quadros 3 e 4, com dados do período entre 1925 e 1943 (dos quais não possuímos informação de quatro anos) tentámos dar um panorama da força de trabalho da fábrica. Os dados foram colhidos

das folhas das férias do pessoal, tendo sido escolhida a folha de uma semana por cada ano e sensivelmente da mesma altura do ano.

Um dos quadros (quadro 3) representa o número de trabalhadores por profissão, com as jornas máxima e mínima dentro de cada profissão, e com a soma do número de trabalhadores em cada ano; o outro quadro (quadro 4) representa o número de anos de trabalho na fábrica de cada um dos trabalhadores, para a feitura do qual se fez uma lista, por ordem alfabética (anexo 6), dos trabalhadores da fábrica com a indicação dos anos em que lá trabalharam.

No quadro 3 verifica-se, quanto ao número total de trabalhadores, que houve um decréscimo destes, no período entre 1920 e 1939, devido a crises económicas ligadas certamente à grande crise económica do capitalismo nos anos 30 e à guerra civil de Espanha. Estas crises refletiram-se na fábrica, segundo nos foi dado a conhecer, através da correspondência entre o escritório de Lisboa e a fábrica, com uma baixa na procura de produtos, acompanhada da inevitável baixa de preços, com a subida dos preços da matéria-prima e com a concorrência feita por outras fábricas, entretanto montadas.

QUADRO 3 - Força de trabalho e Jornas na R.L.C., Lda entre 1925 e 1943

Fonte?

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	1925			1926			1928			1929		
	Nº Trab.	Jorna (Escudos)		Nº Trab.	Jorna (Escudos)		Nº Trab.	Jorna (Escudos)		Nº Trab.	Jorna (Escudos)	
		Max.	Min.		Max.	Min.		Max.	Min.		Max.	Min.
ENCARREGADO	1	100*		2	95*		3	95*		2	95*	
APARELHADOR	1	100*		1	95*					1	7	
SERRALHEIRO	1	17		1	15.5		1	95		1	95	
FOGUEIRO	1	10		1	9		1	8.5		1	9	
SERRADOR	7	12	4	6	10.5	4.5	3	13	8	5	13	5.5
TRABALHADOR	24	8.5	2.5	34	7.5	2	30	7	2	31	8.5	2
COZINHEIRA	1	5.0		1	4.5		1	4.5		1	4.5	
GUARDA	1	8		1	7		1	6		1	6	
AJUDANTE												
APRENDIZ												
SERVANTA												
CORTADOR												
AJUDANTE DO ENCARREGADO												
CAPATAZ												
SERVENTA MENOR												
PLAINADOR												
GALGADOR												
SELECIONADOR												
TOTAL	37			47			40			43		
* Salário Pago de 1 Semana												
As folhas de férias são respectivamente de: 1925:25/4 1926:13/3 1928:14/7												

Uma serração na vida de Monte Redondo

1931			1932			1933			1934			1935		
Nº Trab.	Jorna (Escudos)		Nº Trab.	Jorna (Escudos)		Nº Trab.	Jorna (Escudos)		Nº Trab.	Jorna (Escudos)		Nº Trab.	Jorna (Escudos)	
	Max.	Min.		Max.	Min.		Max.	Min.		Max.	Min.		Max.	Min.
												1	70 ^e	
1	5.5		1	5.5		1	5.5		1	5.88		1	5.88	
1	6.25		1	11.5		1	11.5		1	11.27		1	11.27	
1	7		1	7		1	7		1	6.86		1	6.86	
5	11.5	5.5	4	7	5.5	4	6	5.5	6	6.86	3.92	7	6.86	3.39
19	5.5	2	17	5.5	2	13	5.5	4	12	5.39	4.41	12	5.39	3.92
1	1		1	4	4	1	5.5		1	5.39		1	5.39	
4	5.5	3.7	3	5.5	5	4	4	3	6	3.92	3.43	9	3.43	2.94
						6	3	2.5	9	2.94	1.96	5	2.45	1.96
32			28			32			37			38		
* Salário Pago de 1 Semana														
As folhas de férias são respectivamente de: 1931:3/10 1932:23/4 1933:14/06 1934:25/5 1935:24/5														

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	1936			1937			1940			1941		
	Nº Trab.	Jorna (Escudos)		Nº Trab.	Jorna (Escudos)		Nº Trab.	Jorna (Escudos)		Nº Trab.	Jorna (Escudos)	
		Max.	Min.		Max.	Min.		Max.	Min.		Max.	Min.
ENCARREGADO	1	70 ^s		1	70 ^s		3	102.9 ^s	52.9	2	102.9 ^s	93.1
APARELHADOR	1	5.88		1	5.88		1	8.82		1	11.29	
SERRALHEIRO	1	11.27		1	11.27		1	11.27		1	14.7	
FOGUEIRO	1	6.86		1	6.86		1	7.84		1	9.31	
SERRADOR	7	6.86	3.92	7	6.86		7	8.82	4.41	5	9.80	5.39
TRABALHADOR	9	5.39	4.41	8	5.39		12	5.88	4.90	10	5.88	4.41
COZINHEIRA							1	2.5		1	2.5	
GUARDA	1	5.39		1	5.39		1	4.9		2	5.88	4.9
AJUDANTE	7	3.43	2.94	5	5.39	2.94	5	6.37		7	6.86	4.9
APRENDIZ	8	2.45	1.50	8	2.94	1.51	4	2.94		7	3.92	2.16
SERVANTA							5	3.92		5	4.41	3.43
CORTADOR							2	42 ^s	39 ^s	4	35 ^s	14 ^s
AJUDANTE DO ENCARREGADO							1	?		1	49 ^s	
CAPATAZ							1	?		1	7.84	
SERVENTA MENOR												
PLAINADOR												
GALGADOR												
SELECIONADOR												
TOTAL	36			33			43			48		
* Salário Pago de 1 Semana												
As folhas de férias são respectivamente de: 1936:10/4 1937:18/6 1940:25/4 1941:12/6 1942:5/3 1943:5/8												

1942			1943		
Nº Trab.	Jorna (Escudos)		Nº Trab.	Jorna (Escudos)	
	Max.	Min.		Max.	Min.
2	102.9 ^s	93.1			
1	11.27				
1	94.1		1	19.6	
1	10.2		1	14.7	
5	10.78	5.88	4	15.68	12.74
9	7.35	4.9	10	11.70	9.8
1	5.88		1	7.84	
2	6.37	5.39	2	9.8	
6	7.35	5.39	5	11.76	9.8
3	5.39	4.9	1	9.8	
1	49 ^s				
1	9.8		1	11.76	
11	4.9	2.94	9	6.88	4.9
			1	15.68	
			1	12.74	
			1	9.8	
44			38		

QUADRO 4 - Nº de trabalhadores da R.L.C.
por anos de serviço, entre 1925 e 1943

Anos de Serviço	Nº de Trabalhadores
1	92
2	59
3	22
4	20
5	4
6	4
7	2
8	2
9	3
10	7
11	1
13	1
14	2

O número de trabalhadores, que era de 43 em 1929, passou para 32 em 1931, e 28 em 1932. Só em 1940 os trabalhadores passaram a ser, de novo, 43, subindo no ano seguinte para 48, ano a partir do qual voltou novamente a decrescer. Aquando do decréscimo do número de trabalhadores da fábrica, este fez-se sentir sobretudo nas categorias não

fundamentais para o funcionamento da fábrica. Foram os casos dos encarregados, da cozinheira e dos “trabalhadores”, designação atribuída aos que desempenhavam funções diversas e menos especializadas. Presume-se que a função de encarregado teria sido desempenhada por alguém com poder na fábrica, acumulando talvez com outra função. A dispensa da cozinheira pode considerar-se um ato normal dado o seu distanciamento em relação à produção. Quanto aos “trabalhadores”, será igualmente compreensível a acentuada redução do seu número, dado que as suas funções não eram imprescindíveis na laboração da fábrica. De notar a regularidade do número de serradores, o que deve estar relacionado com a importância a sua função. Pode ainda constatar-se a impressionante regularidade, com apenas um trabalhador, nas categorias de aparelhador, serralheiro, fogueiro e guarda, que apesar do seu reduzido número, não deixavam de ser relevantes para o funcionamento da fábrica.

A partir de 1931 começaram a surgir novas categorias profissionais nas folhas de férias. Este facto deve, provavelmente, estar relacionado com a discriminação de profissões que antes estariam englobadas na categoria de “trabalhadores”, pois, no mesmo ano, esta categoria teve um grande decréscimo, também relacionado, como já vimos, com a crise económica. As novas categorias contavam apenas com um trabalhador. Dentro das novas categorias aparecem, nos anos 30, as de ajudante e de aprendiz e, na década de 40, as de servente, cortador e servente menor. A categoria de servente menor só apareceu quando se extinguiu a de aprendiz, o que pode querer dizer que representavam a mesma função. Ainda na década de 40 apareceram as novas categorias de ajudante de encarregado, capataz, galgador, plainador e selecionador. A categoria de plainador apareceu apenas no ano em que desapareceu a de aparelhador, o que se justifica porque representam precisamente as mesmas funções. .

Analisando o quadro 4, com o número de anos de trabalho de cada um dos trabalhadores, assim como a lista alfabética destes, no anexo 6, com a discriminação dos anos em que trabalharam na fábrica podem chegar-se a várias conclusões. A primeira é que mais de 40% trabalhou na fábrica apenas um ano e que mais de dois terços (69%) trabalharam lá um

ou dois anos. Daqui se pode depreender a grande flutuação do mercado de trabalho na altura, facto que se relaciona com a não especialização da grande maioria da mão-de-obra, o que facilitava a aprendizagem da maior parte das funções. A grande flutuação da mão-de-obra era também facilitada pela ausência de legislação laboral que dificultasse o despedimento dos trabalhadores.

Verifica-se que apenas 5% dos trabalhadores que passaram pela fábrica trabalharam dez ou mais anos, o que equivale a onze trabalhadores. Destes, apenas dois atingiram um máximo de catorze anos. Pela importância histórica que tiveram na vida da fábrica mencionam-se a seguir os nomes dos onze trabalhadores: António Mendes Baptista, João Francisco, João Silveirinha, João Amado, José Claro, José Pedrosa Júnior, José da Silva, Manuel Francisco, Manuel Mendes Rodrigues, Manuel Nada e Miguel dos Reis.

Para completar a análise da informação disponível refira-se ainda que o número de trabalhadores com dois anos de casa é semelhante ao número de trabalhadores entre os dois e os dez anos de casa, reforçando estes números a ideia já atrás expressa da grande flutuação do mercado de trabalho.

Embora não aparecessem referidos nas folhas de férias, sabe-se, por informação oral, terem passado pelo escritório de Monte Redondo, pelo menos cinco funcionários, cujos nomes foram referidos anteriormente.

Os carreiros eram às dezenas, homens e mulheres, que faziam por dia tantos “carretos” quantos lhes fosse possível. Disso dependia a sua subsistência, pelo menos em parte. A participação das mulheres era mais reduzida que a dos homens, certamente por se tratar de um trabalho pesado, embora algumas se vissem na contingência de o fazer para contribuírem o mais possível para o decerto magríssimo orçamento familiar.

Quanto aos carreiros, que embora não fossem trabalhadores da fábrica, prestavam um importante serviço, detetámos, para o ano de 1932, um total de 83 (ver lista, no anexo 7). Nesse total encontram-se duas mulheres, a Luzia Fernandes e a Luzia Cruz.

QUADRO 5 - Força de trabalho e Jornas na R.L.C. em 1932

Fonte: Folhas de fêria dos dias: 6/1; 13/2; 9/4; 7/5; 4/6; 9/7; 26/8; 9/9; 7/10; e 9/11

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	JAN.			FEV.			ABR.			MAI.		
	Nº Trab.	Jorna		Nº Trab.	Jorna		Nº Trab.	Jorna		Nº Trab.	Jorna	
		Max.	Min.		Max.	Min.		Max.	Min.		Max.	Min.
APARELHADOR	1	5,5		1	5,5		1	5,5		1	5,5	
SERRALHEIRO	1	11.5		1	11.5		1	11.5		1	11.5	
FOGUEIRO	1	7		1	7		1	7		1	7	
SERRADOR	4	7	5,5	4	7	5,5	4	7	5,5	4	7	5,5
TRABALHADOR	22	5,5	1,8	25	5,5	2	17	5,5	2	17	5,5	2
GUARDA	1	4		1	4		1	4		1	4	
AJUDANTE	4	5,5	5	4	5,5	5	3	5,5	5	3	5,5	5
APRENDIZ												
TOTAL	34			37			28			28		

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	JUN.			JUL.			AGO.			SET.		
	Nº Trab.	Jorna		Nº Trab.	Jorna		Nº Trab.	Jorna		Nº Trab.	Jorna	
		Max.	Min.		Max.	Min.		Max.	Min.		Max.	Min.
APARELHADOR	1	5,5		1	5,5		1	5,5		1	5,5	
SERRALHEIRO	1	11.5		1	11.5		1	11.5		1	11.5	
FOGUEIRO	1	7		1	7		1	7		1	7	
SERRADOR	4	7	5,5	5	7	5,5	5	7	5,5	5	7	5,5
TRABALHADOR	19	5,5	2	18	5,5	2	19	5,5	2	18	5,5	2
GUARDA	1	5,5		1	5,5		1	4		1	4	
AJUDANTE	3	5,5	5	3	5,5	5	3	5,5	5	3	5,5	5
APRENDIZ												
TOTAL	30			30			31			30		

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	OUT.			NOV.		
	Nº Trab.	Jorna		Nº Trab.	Jorna	
		Max.	Min.		Max.	Min.
APARELHADOR	1	5,5		1	5,5	
SERRALHEIRO	1	11,5		1	11,5	
FOGUEIRO	1	7		1	7	
SERRADOR	4	7	5,5	4	7	5,5
TRABALHADOR	18	5,5	2	11	5,5	3,70
GUARDA	1	4		1	4	
AJUDANTE	3	5,5	5	2	5,5	5
APRENDIZ				8	3	2
TOTAL	29			29		

Ainda relativamente ao ano de 1932 pode ver-se, no quadro 5, relativo à força de trabalho e aos salários, que o mês de fevereiro, era o que tinha mais trabalhadores, exactamente 37. Os meses com menos trabalhadores foram os de abril e maio, com 28 trabalhadores. Nas categorias de aparelhador, serralheiro, fogueiro e guarda, o número de trabalhadores manteve-se constante; e havia apenas um trabalhador para cada uma dessas funções. A categoria de aprendiz não apresenta variação, por só aparecer no mês de novembro. Na função de serrador, o número de operários era de 4, exceto nos meses de julho, agosto e setembro, que era de 5. Se no mês de setembro se registou a maior tonelagem de madeira transportada, o que poderá justificar uma maior exigência no número de operários serradores, o mesmo não se aplica aos meses de julho e agosto, que ficam muito aquém do mês de setembro, na quantidade de madeira transportada. Relativamente aos “trabalhadores”, a variação foi muito maior, como se pode observar no quadro; o forte decréscimo, de

outubro para novembro, passando respetivamente de 18 para 11 deveu-se à introdução da categoria de aprendiz, que passou a ter 8 operários. O mês com maior número de “trabalhadores” foi o de fevereiro, com 25, seguido de janeiro, com 22. De novo não se estabelece uma relação entre o número de “trabalhadores” e a quantidade de madeira transportada para a fábrica. De salientar a ausência, durante todo o ano, das funções de encarregado e de cozinheira.

4.2 - Relações de Produção

Apesar de insistente procura de informação sobre a atividade sindical até janeiro de 1934, altura em que o regime fascista fez abortar uma revolta conduzida pela Confederação Geral dos Trabalhadores, que atuava clandestinamente e tinha uma grande implantação na Marinha Grande, vila próxima de Monte Redondo, não nos foi possível obter tal informação, nem na documentação da fábrica nem oralmente com os vários entrevistados. A informação registada refere-se apenas à atividade dos sindicatos controlados pelo regime ditatorial.

Assim, o Sr. Barca, já atrás referenciado, chegou a ser delegado sindical e contou alguns factos que podem ilustrar o ambiente repressivo que nessa altura se vivia. Os delegados sindicais eram sistematicamente ameaçados com o despedimento, apesar de os sindicatos a que pertenciam serem serventúrios do regime. Qualquer trabalhador que se aventurasse a reivindicar aumento de salário, o caminho mais certo que tinha era o despedimento. A decisão da subida de salários cabia exclusivamente aos patrões, quer no tempo, quer no quantitativo. Não havia contratos de trabalho que regulassem os salários e as restantes questões laborais. O poder discricionário dos patrões era quase ilimitado. Mesmo quando o poder político central se viu forçado a publicar legislação impondo 8 horas de trabalho, resultado de grandes lutas dos trabalhadores, os

sindicatos tiveram grande dificuldade em conseguir o seu acatamento por parte do patronato.

De facto os patrões reagiram muito mal, e outra coisa não seria de esperar, porque de repente a força laboral passou a trabalhar menos duas horas por dia, o que reduzia significativamente a mais-valia.

O salário era pago à semana e esta ia de segunda-feira a sábado, descansando-se apenas um dia. O clima laboral repressivo manifestava-se ainda de outras formas. Os encarregados faziam uma vigilância constante aos trabalhadores, assegurando o seu máximo rendimento. Estes, se não estivessem presentes às chamadas, efetuadas no início do dia de trabalho e depois do intervalo para o almoço, eram-lhes descontados duas horas ou meio-dia de trabalho, no salário. O receio de despedimento conduzia muitas vezes os trabalhadores a abdicarem dos seus parques direitos, o que se evidenciava no facto de os trabalhadores que laboravam com máquinas terem de os lubrificar, duas vezes por dia, fora do seu horário de trabalho, sem ganharem mais por isso. Certo dia um trabalhador que não tinha lubrificado a sua máquina, por se ter atrasado, provocou o seu aquecimento, imanando dela um cheiro a óleo queimado, que chamou a atenção do encarregado. Esse facto implicou a perda de salário de meio-dia de trabalho.

As grandes dificuldades económicas em que viviam os trabalhadores eram o resultado de os seus rendimentos se reduzirem às condições mínimas de subsistência.

Os carreiros, assim como alguns dos cortadores de pinhais não eram empregados da fábrica. Trabalhavam particularmente e eram pagos pela fábrica segundo a quantidade de madeira transportada, ou cortada. Como não tinham nas suas funções, limite de horas de trabalho, eram compelidos a trabalhar exaustivamente, horas e horas seguidas, de forma a amealharem o mais possível. Muitos trabalhavam desde que começava a haver claridade até que o escuro da noite caía. Só não trabalhavam quando não se via. Trabalhavam portanto mais do que de sol a sol. Dessa forma era possível obterem mais rendimentos do que os operários da

fábrica, tanto mais que alguns obtinham rendimentos suplementares na agricultura.

Da análise das jornas máximas e mínimas, por categoria, (ver quadro 3) pode colher-se uma informação de algum valor. Contudo, nesta análise não se têm em conta algumas exceções que apenas confirmam a regra. Nos anos 20 houve uma descida das jornas máximas e mínimas em todas as categorias, dilatando o leque salarial entre o salário máximo e o salário mínimo. Nos anos trinta a descida dos salários foi ainda mais acentuada, subindo, por outro lado, ainda mais, o leque salarial. Nos anos 40, os salários voltaram a subir, descendo por sua vez o leque salarial. Numa decomposição desta informação verifica-se que, nos anos 30, as categorias com salários mais baixos, tiveram uma redução de rendimento de um terço relativamente ao salário de 1925. Verificou-se também um aumento espetacular do leque salarial; enquanto que, em 1925, o salário das categorias com melhores rendimentos era pouco mais de duas vezes o salário máximo das categorias com salários mais baixos, essa diferença aumentou quase seis vezes, em 1940. A partir de 1940/41 notou-se uma subida geral de salários, que continuou em 1942, sendo mais espetacular em 1943. Neste ano o salário máximo ultrapassou significativamente o salário de 1925, ao passo que o salário mínimo ficou ainda aquém. De 1941 a 1943 o leque salarial desceu para níveis quase iguais aos de 1925. Esta informação recolhida permite-nos concluir que quando os salários desciam, as descidas afetavam sobretudo as categorias com remunerações mais baixas, subindo assim o leque salarial, o que equivale a dizer que as categorias melhor remuneradas eram pouco afetadas na sua estabilidade financeira, aquando da descida de salários.

Nas jornas mínimas das categorias com mais baixo nível salarial faziam-se sentir um pouco menos as descidas de salários dos anos 30, certamente porque se atingiam os limites mínimos para que a reprodução da força de trabalho fosse possível; em 1943, estes salários eram quase o dobro do salário de 1925.

4.3 - Acidentes de trabalho e segurança social

O direito à segurança no trabalho, devidamente regulamentado por lei, não existia na época a que se reporta este estudo. Os trabalhadores da RLC, não tinham proteção contra acidentes de trabalho, bastante frequentes neste tipo de profissão.

Só detetámos referências a dois casos em que se abordava a prevenção de acidentes. Concretamente, numa carta de 24 de junho de 1924, dirigida à fábrica de Monte Redondo, pelo escritório de Lisboa, refere-se o envio de uns óculos de proteção para o fogueiro, de nome Luiz. Referia-se ainda na referida carta que um serralheiro teria usado uns óculos de proteção que eram propriedade da fábrica.

Pode-se depreender que seria norma da fábrica os fogueiros e os serralheiros usarem óculos de proteção, cedidos pela fábrica; o fogueiro para se proteger da lenha incandescente da caldeira e das elevadas temperaturas, prejudiciais aos olhos; e o serralheiro certamente por trabalhar com a forja e com solda, precisando igualmente de proteger a vista.

Não se pode, no entanto, afirmar que todos os fogueiros e serralheiros tivessem usado os óculos de proteção, e muito menos que a isso fossem obrigados como medida de prevenção. No que se refere aos restantes trabalhadores, a ausência de informação poderá significar que não haveria qualquer tipo de proteção.

Havia acidentes de trabalho com alguma frequência e com ferimentos mais ou menos graves no rosto, nos olhos, nas pernas, nos pés, nos braços e nas mãos.

Em 1923, o trabalhador Manuel Rodrigues sofreu uma perfuração nos lábios, gengiva e dentes, provocada por um pedaço de tábua que se desprende enquanto serrava. Por este ferimento, teve de receber tratamento durante vinte e um dias, tendo este custado, no total, 56\$00. Em 1933, o serrador Joaquim Pedrosa, por ferimento nos olhos, recebeu um tratamento que custou 3\$50, o “trabalhador” Manuel Pereira Pinto, igualmente ferido nos olhos, recebeu um tratamento no valor de 4\$00, o

“trabalhador” José Duarte da Paula foi sujeito a um tratamento de cinco dias num pé que custou 21\$00, o ajudante de serrador Leonel Marques Estreito esteve quinze dias em tratamento para curativos num braço lesionado, que custaram 50\$00 e Alfredo Nunes Fidalgo, ajudante, foi ferido nos dois pés; o tratamento custou 17\$00.

Não sendo esta amostra significativa, nota-se que as categorias mais castigadas com acidentes de trabalho eram as de serrador, de ajudante de serrador e de “trabalhador”. As despesas dos tratamentos estavam a cargo de uma empresa seguradora, a “Consortium de Acidentes de Trabalho”.

De facto, embora não houvesse Caixa de Previdência, nem Assistência Social generalizada, os trabalhadores beneficiavam da obrigatoriedade dos seus patrões terem de assegurar o seguro de todo o pessoal ao seu serviço. Desde 1919, e ao abrigo do Decreto número 5367, todos os patrões foram obrigados a segurar o seu pessoal contra todos os riscos profissionais, por conta de outrem, para todos os ramos de atividade intelectual e material, exercidos isolada ou coletivamente. Todos os patrões ou empresas, segundo este decreto, foram obrigados a regularizar a sua situação até ao dia 10 de maio de 1920.

O seguro abrangia: “todos os assalariados, desde o engenheiro mais categorizado até á mais humilde criada de servir, não excluindo mesmo os adventícios”, como se pode ler no seguro social obrigatório, no anexo 10.

Assim, esta regulamentação transferia para as sociedades mútuas ou companhias de seguros, todas as despesas que os patrões teriam de suportar, em caso de acidente:

“ a) Sendo temporária a incapacidade de trabalho das vítimas – os honorários médicos, medicamentos, hospitalização, dois terços da fêria do trabalhador durante o período de incapacidade e quaisquer despesas extraordinárias originadas pelo acidente, como transporte da vítima, intervenções cirúrgicas, etc.

a) Resultando incapacidade permanente ou morte – o pagamento das pensões a que tiverem direito o sinistrado ou seus herdeiros, a constituição dos depósitos ou reservas de garantia correspondentes

a essas pensões, que podem atingir milhares de escudos” (extraído do seguro social obrigatório, no anexo 10).

Não se pode garantir que a RLC cumprisse a lei em absoluto, ou seja, que tivesse todos os seus assalariados no seguro, mas também não se pode comprovar o contrário. Informações orais demonstraram-nos que, de facto, quando os trabalhadores tinham um acidente de trabalho, eram-lhes pagas todas as despesas, além de receberem dois terços da sua jorna.

Numa carta de 21 de maio de 1923, dirigida pelo escritório de Lisboa ao de Monte Redondo, pode ler-se: “Dignem-se a dizer-nos qual é o dia certo da alta do nosso sinistrado José Lourenço, que é para o efeito de podermos receber da Consortium os 2/3 do salário que lhe pagamos durante a doença.”

Durante o lento avanço da atividade industrial em Portugal, começaram a surgir as companhias seguradoras, as mútuas, etc. Se por um lado, eram uma garantia de ajuda, em caso de incapacidade, para os trabalhadores, por outro, era um alívio para os patrões, que no total teriam menos despesas e problemas. Se estas medidas, decretadas por lei e com carácter obrigatório, garantiam a reprodução da força de trabalho em melhores condições, por outro, incitavam o desenvolvimento do capital bancário e financeiro. Foi-nos dito que alguns dos proprietários de serrações de Monte Redondo, nomeadamente o Sr. Carvalho, seriam acionistas de bancos e de companhia de seguros.

A “Consortium de Acidentes de Trabalho” era constituído pela “Equitativa de Portugal e Ultramar”, “Luzitana”, “Nacional” e “Portugal Previdente”, que, além das indemnizações, punha ao dispor dos sinistrados o seu posto médico, com pessoal de enfermagem de dia e de noite, e com um médico permanente das 10 às 19 horas.

Num dos recibos farmacêuticos, encontrámos um parágrafo, de todo interessante, dizendo o seguinte: “Quando a vítima for tratada por ferimento no farmacêutico, este deve formular a sua conta nos termos do artigo 10º do regulamento do Decreto n.º 204, indicando nome e morada do patrão e do assalariado, data do desastre, tratamentos e local onde o foram”.

Supomos que estes requisitos fossem no sentido de receber a devida indemnização por parte da seguradora. A consulta do Decreto número 204 teria sido decerto importante, mas tal não foi possível por não sabermos a que ano se reportou a sua publicação.

Para atender aos pequenos acidentes, a RLC devia possuir as condições necessários à prestação dos primeiros socorros. Numa carta de 22 de agosto de 1924 refere-se uma diligência junto da companhia de seguros, no sentido de se obterem pensos para os primeiros socorros.

QUADRO 6 - FALTA TÍTULO

ANO	NOME	CATEGORIA	JORNA	CUSTO TRATAMENTO	Nº DIAS TRATAMENTO	CUSTO Nº DIAS
1923	Manuel Rodrigues	Trabalhador	-	56.00	21	2.60
1933	Joaquim Pedrosa	Serrador	6.00/5.00	3.50	-	-
1933	Manuel Pereira Pinto	Trabalhador	5.00/4.00	4.00	-	.
1933	José Duarte de Paula	Trabalhador	5.50/4.00	21.00	5	4.20
1933	Leonel M. Estreito	Ajudante	4.00/3.00	50.00	15	3.30
1933	Alfredo N. Fidalgo	Ajudante	4.00	17.00	-	-

Se relacionarmos o custo dos curativos atrás mencionados com as jornas dos trabalhadores, (ver quadro 6) compreenderemos melhor o importante papel desempenhado pelas seguradoras. Tomando como exemplo o caso do Sr. José Duarte de Paula e supondo a sua jorna como a máxima para a sua categoria, verifica-se que se fosse o próprio a custear o tratamento, somente lhe sobraria 1\$30 da sua jorna, depois dos cinco dias de tratamento, e tendo em conta que receberia o ordenado por inteiro. Se se incluíssem as despesas de alimentação e de transporte, nesses cinco dias, decerto que o operário ficaria endividado. O caso seria ainda mais grave se a RLC nem sequer lhe pagasse a jorna. Mesmo que este operário recebesse dois terços da jorna e tivesse de custear as despesas decorrentes

do ferimento, aquele ficaria a perder, dado receber 3\$60 de jorna e ter de pagar 4\$20 pelo curativo, por dia.

Este exemplo, por absurdo, ajuda a compreender como o capital se começou a “preocupar” com a reprodução da força de trabalho, ainda que a níveis mínimos de subsistência, como modo de assegurar os níveis de produção, e até de os elevar. O Sr. Leonel Marques Estreito, por ser ajudante e receber uma jorna inferior, 4\$00, a custear um tratamento de 3\$30, ao dia, só ficaria com \$70 para todas as restantes despesas. A injustiça seria ainda maior neste caso.

As pensões por invalidez deveriam ser irrisórias e, atendendo aos despedimentos arbitrários, a situação dos operários era sempre precária, e por vezes sem garantias de um mínimo indispensável à subsistência. Restaria a solidariedade familiar.

Só a partir de do dia 28 de Maio de 1932 os trabalhadores começaram a descontar 2% para o Fundo de Desemprego, para poderem aceder a um subsídio que nem daria para comer. As empresas contribuíam com 1% sobre a totalidade dos salários e outras remunerações.

Em caso de despedimento, não sabemos qual o montante que o operário receberia.

Não existiam subsídios de férias nem de Natal, e as reformas foram inexistente até aos anos sessenta, segundo informação do Sr. Barca. Os mais velhos eram mandados embora, sem qualquer tipo de indemnização.

4.4 - Produto final

Os produtos finais da serração destinavam-se na sua grande maioria à construção civil, desde os vigamentos aos soalhos, tetos, portas e janelas. Todas estas peças eram feitas na RLC, de acordo com as encomendas que discriminavam tanto as quantidades, como as respetivas medidas. Assim, eram produzidos na fábrica os diferentes tipos de peças: soalhos

à inglesa e à portuguesa; forros chanfrados e moldados; ripas, aduelas, molduras, fasquiados, vigas, tabuinhas, pranchas, varados, sarrafões, vasos, costaneiras, prumos, folhas, rodapés, barrotes, taipaceiras, varas, calhas, fichões, prenas, machos, fileiras, degraus e guarnecimentos em tosco e em quina viva.

De todos estes materiais, conseguimos apurar a utilização de alguns. Assim, os soalhos eram para aplicar no chão das casas, dado que ainda não se utilizavam os tacos. Os soalhos, que geralmente se faziam entre 2,5 m a 3 m de comprimento, podiam ser feitos em tosco ou serem aparelhados. Os soalhos aparelhados eram feitos complementarmente em “macho” e em “fêmea” para permitir o encaixe de uma tábuia na outra. As ripas, que podiam ser plainadas ou em tosco, serviam para por nos telhados, onde se aplicariam as telhas. Os fasquiados eram aplicados nas divisões das casas de madeira construídas em tabique; levavam os fasquiados, que eram ripas com 3 esquinas, sendo a parte em bico pregada ao tabique; a parte mais larga ficava virada para fora, onde era aplicada a areia e a cal. As vigas eram aplicadas no teto, do mesmo modo que hoje se aplicam vigas em cimento, e eram feitas em tosco. Depois das vigas seriam aplicados os barrotes, que eram também produzidos na serração. Os forros, “machos” e “fêmeas”, eram aplicados depois dos barrotes. As molduras eram aplicadas para fixar a janelas, sendo as aduelas para fixar as portas. Foi só o que conseguimos apurar.

Outros dois produtos resultavam da transformação de madeira: os falheiros e a serradura. Os falheiros são lascas de carrasco, resultantes do descasque dos pinheiros, e eram aproveitados como lenha para a caldeira, assim como a serradura, que poderia ser vendida para outros tipos de fábricas, como as de vidro da Marinha Grande, ou as de conservas de Peniche.

Não foi possível apurar a evolução dos preços das peças ao longo do tempo da laboração da RLC, mas podemos adiantar que aqueles subiam e desciam, grosso modo, acompanhando as flutuações do mercado, segundo as leis da oferta e da procura. Assim, quando o preço das madeiras, em toros, aumentava, a fábrica acompanhava tal inflação, elevando os preços

dos seus produtos (carta de 2 de março de 1923). Se em dezembro de 1923 se previa uma alta da procura de madeiras, permitindo elevar o seu preço, em março de 1924 já era tido por bom segurar o preço das madeiras, dado a falta de procura. E assim sucessivamente ao longo dos anos.

A concorrência de outras fábricas também se fazia sentir; segundo uma carta de 16 de maio de 1935, além da acentuada baixa de preços, a RLC sofria a grande concorrência das madeiras aparelhadas da serração de Rio de Moinhos (Abrantes).

Todos estes fatores tinham influência nos salários dos trabalhadores como já foi visto. Ainda acerca dos preços, e por curiosidade, juntamos, no anexo 10, uma cópia de uma tabela de preços de madeiras aparelhadas, de 1922. As peças eram vendidas à dúzia e o preço fornecido em tabela incluía a sua colocação no vagão, na estação do Monte Redondo.

Em 1922, uma dúzia de soalhos, de 16 palmos, aparelhados, de macho e fêmea, custava 43\$00. O soalho aparelhado à portuguesa era mais barato. Os preços dos forros variavam consoante os diferentes tipos, e iam de 17\$50 a dúzia, com doze palmos, a três fios, aparelhado e moldado, ou aparelhado e chanfrado; a 21\$00 a dúzia, também com doze palmos, mas a dois fios, e aparelhado de macho e fêmea, com dois rincões.

Intimamente ligado ao produto final, estava o seu transporte, pelo que o incluímos neste ponto do trabalho. Como já foi referido anteriormente o principal meio de transporte responsável pelo escoamento dos produtos finais era o caminho-de-ferro.

Desde o início da laboração que a RLC possuía dois vagões próprios. Além desses dois, e porque não asseguravam o escoamento de toda a produção, a fábrica utilizava vagões fretados à C.P.

Havia também particulares que cediam os seus vagões à empresa, como se pode verificar na correspondência trocada entre os escritórios de Lisboa e de Monte Redondo. Em carta de 5 de março de 1923, dirigida ao escritório de Monte Redondo, pode ler-se “... Vamos ter para a próxima semana um vagão cedido pelo Sr. João Leal, para realizar 3 viagens”, o que de facto prova a existência de vagões particulares. Quanto à cedência dos vagões à RLC, desconhecemos em que condições seriam feitas, ou se

a cedência seria feita para transportar materiais adquiridos pelo próprio Sr. João Leal.

Pelo que nos apercebemos, cada vagão tinha uma senha devidamente numerada, que poderiam indicar se os vagões seguiriam em comboios de “pequena velocidade” ou de “grande velocidade”. Assim, de Lisboa remetiam-se as “senhas de pequena velocidade” referentes aos vagões expedidos em vazio, com destino a Monte Redondo. Quando de Monte Redondo se expediam vagões carregados com destino a Lisboa, deveriam também enviar as respetivas senhas, de pequena ou grande velocidade, numeradas, que serviriam para o levantamento da sua carga.

Os carregamentos de madeira, por caminho-de-ferro, eram sujeitos a um apertado controle, como se pode verificar numa carta de 5 de dezembro de 1924: “vigiar os carregamentos, secretamente, especialmente os do Sr. Soares, verificando se as tarifas aplicadas correspondem às madeiras carregadas, e não correspondendo, informem-nos imediatamente”. Os custos do transporte deveriam depender do peso da madeira, da velocidade do comboio e da distância percorrida.

Não se conseguiu saber em que medida as requisições de vagões, efetuadas pela C.P. à fábrica, durante a II Grande Guerra, terão afetado a laboração da fábrica, nomeadamente o escoamento dos seus produtos. Foi também durante a guerra que a fábrica adquiriu uma camioneta Mercedes, já referida anteriormente. Não sabemos se a compra da camioneta estaria relacionada com a requisição dos vagões por parte da C.P., e se terá também contribuído para o fecho da fábrica, porque sabemos que foi um negócio ruinoso. Mas é um facto que entre 1943 e 1947 a atividade da RLC esteve reduzida ao mínimo.

A existência da camioneta, sem ser rigorosamente situada no tempo, foi-nos assegurada pelo Sr. Barca. Vicissitudes várias, donde não excluimos a hipótese de uma má gestão, teriam conduzido ao fracasso de tal inovação, como atrás já foi referido. Pelo que nos foi dito, uma das principais causas que tornara a camioneta pouco rentável, deveu-se à descoordenação dos transportes das matérias-primas e dos produtos

finais, agravada pelo transporte de madeiras da margem sul do Tejo para a fábrica.

4.5 - Relações Económicas com outros sectores de atividade

Integrada no modo de produção capitalista, embora ainda com fraco desenvolvimento das suas forças produtivas, a serração teve ao longo da sua laboração relações económicas com outros sectores de atividade, o que não afirmamos por ser óbvio, mas sim com base em documentos escritos, por vezes lidos nas entrelinhas.

Havia serradores por conta própria a trabalhar no abate de árvores nos talhões da RLC, com quem a fábrica tinha relações económicas. Eram os designados serradores braçais, que constituíam um ramo de atividade específico.

O mesmo se poderá dizer relativamente aos carreiros, embora a sua atividade de transporte de toros com carros de bois não constituísse a sua profissão própria, dado que este serviço prestado à serração interferia com as suas atividades agrícolas.

A compra de talhões de pinhais implicava também uma relação da fábrica com a atividade florestal e a um acentuado investimento, mantendo a RLC relações económicas fortes com os proprietários dos pinhais, ou com o Estado, quando se tratava de matas nacionais. Essa relação económica tinha as suas variações, estando diretamente dependentes das leis da oferta e da procura que regiam os preços dos produtos. Em caso de “baixa de mercado”, desacelerava-se a compra de talhões; em caso contrário, a tática era fazer tantas arrematações quanto fossem financeiramente possíveis, para assegurar reservas de matéria-prima a preços compensadores.

A compra de talhões nas matas referia-se somente aos pinheiros, sem qualquer direito sobre o terreno propriamente dito. Exemplos

dessas compras são duas cartas de 1923. Uma, de três de Março, do Sr. Ramos Leal para o escritório de Monte Redondo, refere-se à compra de 656,284 m³ de pinhal, na mata do Urso, que custou 20.082\$00. Noutra, de Dezembro, pode ler-se: “ Sirvam-se dizer-nos se já está completa a tiragem do nosso corte referente à arrematação de 1922, para se tratar do levantamento da caução”.

O sucesso económico da RLC também dependia da capacidade tática no negócio e do aproveitamento das oportunidades, como se pode ver no seguinte estrato de uma carta de 20 de julho de 1942, do escritório de Lisboa para o de Monte Redondo: “Temporal de sábado – se foi por aí como foi por cá, é natural encontrarem-se alguns pinheiros caídos ou encostados, principalmente nos pinhais da casa Costa ou de Dona Mariquinhas Silva. Ainda há pouco tempo, com uma ventania inferior à que fez no sábado, a casa Silva teve pinheiros aluídos ou encostados que venderam ao nosso colega Carvalho, porque foi a única pessoa que apareceu, avisado pelo seu empregado de compras. Adquiriu-os sem mais concorrência. Ora seria conveniente que o nosso empregado Silveirinha, procurasse os empregados destas casas, mas já, e averiguar se existem alguns pinheiros nessas condições e avisar os seus proprietários de que também estamos compradores. Ele só iria ver e calcular; o negócio seria depois connosco. Talvez seja conveniente o nosso empregado José Pedrosa, sem que nada se diga ao Silveirinha, tratar de averiguar, pelos referidos proprietários, deste caso.”

Estes negócios eram melindrosos e de grande importância para a vida na fábrica. Toda a atividade financeira estava sob a ação direta do escritório de Lisboa, e esta atividade não fugia à regra, sendo as notas de compra dos pinhais, para lá enviadas (carta de 9 de março de 1923).

O escritório de Lisboa mantinha uma intensa atividade comercial com a aquisição de, por exemplo, arames, óleos, correias, limas e serras, que eram compradas a fornecedores estabelecidos na região de Lisboa; e com a filial da casa Bruckner, através da qual adquiria, do estrangeiro, maquinaria, como a máquina a vapor e a caldeira.

A manutenção das máquinas obrigava a relações com empresas ou pessoas que prestavam este tipo de serviços. Segundo informação oral do Sr. Agostinho Estrada, uma das pessoas que dava assistência na manutenção das máquinas era o Sr. Augusto Belchior, da Marinha Grande.

Também importantes eram as relações estabelecidas com a C. P., que asseguravam o transporte da maior parte dos carregamentos do produto final ao seu destino, bem como o transporte dos materiais comprados em Lisboa e dali despachados para Monte Redondo.

As relações com os clientes da fábrica eram de vital importância. Por motivos já apontados noutro capítulo, pensamos que grande parte dos compradores dos produtos desta serração estavam ligados à construção civil. Outros seriam proprietários de estâncias de madeira, na região de Lisboa, como o Sr. Ramos Leal, sócio da fábrica. Variadíssimas empresas de diversos ramos de atividade eram compradores mais ou menos regulares da RLC, como algumas que registamos através da correspondência: Companhia Leiriense de Moagem, Metalúrgica Lda, Sociedade Comercial Financeira Lda (Arraiolos), Sociedade Internacional de Aglomerados de Cortiça Lda, C. P., Arsenal da Marinha, International Insulation Cork Products Company Limited, Empresa de Cimentos Maceira Lda, União Resineira Portuguesa, etc. (apresentamos uma lista em anexo).

A breve lista de empresas aqui exposta demonstra bem a diversidade de clientes, ou seja, a diversidade de relações económicas estabelecidas entre a fábrica e outros ramos de atividade.

Relações de índole financeira eram estabelecidas quase diariamente com Bancos. Detetámos apenas dois: o Banco Borges e Irmão e o Banco de Portugal.

A Ramos Leal e Crespo Lda, também estabelecia relações económicas com a Seguradora Consortium. Os termos desta relação foram já referidos num capítulo anterior.

Registamos também as relações estabelecidas com o Estado, como sejam as contribuições e os impostos. Assim, como qualquer fábrica, a

RLC tinha de pagar a contribuição predial, o imposto profissional e, a partir de 1932, o Fundo de Desemprego.

A RLC tinha os seus artigos, madeiras e lenhas, sujeitos ao imposto “ad valorem”, devido à Câmara Municipal de Leiria. Este imposto era pago em conformidade com as madeiras que saíam, em vagões, dos limites administrativos do concelho.

Não poderemos deixar de referenciar as relações económicas com os correios, as farmácias e as empresas fornecedoras de material de escritório necessárias à atividade da fábrica.

Sabendo que as áreas geográficas do mercado da RLC variavam no tempo e no espaço, consoante as necessidades de consumo e as flutuações dos preços, constatamos uma vasta área de influência, como se pode depreender das localidades dos clientes que conseguimos detetar: Lisboa, Amadora, Montemor-o-Novo, Monte da Caparica, Loulé, Pedrouços, S. Mamede, Peniche, Sintra, Setúbal, Aljustrel, Parede, Paço d'Arcos, Vendas Novas, Torres Vedras, Bombarral, Runa, Queluz, Benfica, Castro Verde, Almada, Figueira da Foz, Cascais, Cacém, Celorico de Baixo, Serpa, Escoural, Malveira.

Imediatamente se verifica a supremacia das regiões de Lisboa e do Oeste, como as maiores áreas de mercado da serração, o que deveria justificar a existência do escritório na capital. Contudo, a área de influência da fábrica ia até ao Alentejo e ao Algarve.

Da consulta de um documento de RLC referente ao carregamento de vagões da C. P., e destino dos mesmos, entre 2 de agosto de 1939 e 30 de abril de 1942 (2 anos e 8 meses), apurámos que a área de influência da fábrica também se estendia para a região norte do país, pelo menos naquele período de tempo, como se verifica no quadro 7, abaixo, em que se discriminam as estações de destino e o número de vagões despachados:

Local	Nº Vagões	Local	Nº Vagões	Local	Nº Vagões	Local	Nº Vagões
Belém	1	Algés	3	Maceira	16	Bombarral	44
Sacavém	1	Braço de Prata	3	Campanhã	20	Amadora	56
Espinho	1	Madre Deus	4	Parede	20	Fontela	85
Mafra	1	Coimbra	6	Campolide	24	Amieira	87
Martingança	1	Marinha Grande	9	Cais do Sodré	24	Alcântara Mar	147
Valado	1	Valadares	9	Cascais	24		
Queluz	2	Rego	10	Fig. da Foz	28		
Sintra	3	Cacém	10	Alcântara Terra	29		

QUADRO 7 - Carregamentos de madeira: nº de vagões e estações de destino
(não são incluídos carregamentos em vagões da RLC ou de particulares)

De onde se extrai a conclusão de que para a região de Lisboa se dirigiram 361 vagões; e 368 para a área a norte da região de Lisboa.

A amostra aqui apresentada confirma a importância que tinha o mercado de Lisboa, como principal consumidor dos produtos da fábrica.

As relações económicas com o mercado flutuavam de acordo com as leis da oferta e da procura, como se pode comprovar com os seguintes exemplos:

2 de março de 1923 – Alta de mercado, muita procura, subida de preços.

26 de dezembro de 1923 – Alta de mercado, muita procura, aconselha-se compra de pinhais.

8 de março de 1924 – Baixa de mercado, tenta segurar-se o preço das madeiras.

16 de junho de 1924 – Mercado oscila com tendência para alta.

16 de julho de 1924 – Mercado com tendência para baixar.

30 de outubro de 1924 – Paralisação do mercado, grande quantidade de produtos a preços baixos.

12 de novembro de 1924 – Continua a paralisação. Suspende-se a compra de pinhais.

19 de novembro de 1924 - Continua a paralisação. Diminuição dos salários para evitar despedimentos.

8 de fevereiro de 1929 – Baixa de mercado.

1 de março de 1929 – Mercado com tendência a piorar. Prevê-se uma quebra de 25%. Finanças em estado deplorável.

19 de dezembro 1933 – Retraimento do mercado.

16 de maio de 1935 – Acentua-se baixa de preços. Grande concorrência das madeiras de Rio Moinhos.

2 de julho de 1942 – Se o m3 não baixar os industriais veem-se obrigados a encerrar as fábricas.

Estas breve notas, retiradas de cartas com as datas acima indicadas, ilustram bem essas flutuações do mercado, que refletem as crises económicas em Portugal e no estrangeiro.

Podemos apontar alguns períodos de crise durante os anos de 1924, 1929, 1933, 1935 e 1942.

Não podemos deixar de referir as lacunas de informação, que impedem uma análise mais aprofundada.

4.6 - Reflexos da luta de classes

Vamos englobar neste capítulo tudo o que reflita a luta de classes desenvolvida no processo produtivo da fábrica.

Assim, começamos por caracterizar as atividades desenvolvidas pela entidade patronal relacionando-a com o modo de vida dos trabalhadores, não esquecendo nunca o processo político em que se inseria a luta de classes, quer a nível nacional, quer internacional.

A vida da “Ramos Leal e Crespo, Lda” atravessou períodos muito críticos e diversos na história de Portugal e da humanidade. Em 1920, aquando da sua fundação, vivia-se em Portugal um ambiente marcado

pelas consequências da I Grande Guerra, que teve a participação controversa de Portugal e contribuiu para um grande mal-estar social, pela gripe pneumónica, que devastou famílias inteiras, pela grande corrente migratória para o Brasil e por um clima político que se caracterizava por uma grande instabilidade e uma grande liberdade de movimentação, quer da parte dos trabalhadores, quer da parte da burguesia.

A liberdade política conquistada com a implantação da República criou no patronato uma grande insegurança que o levou a reagir da forma que lhe é peculiar, procurando implantar um regime ditatorial. As insurreições militares sucederam-se, até que em 1926 uma delas acabou por vingar, fechando, assim, um capítulo da história de Portugal. Contudo, até que esta revolta triunfasse, os trabalhadores conheceram um período áureo na sua luta contra o patronato. Influenciado pelo êxito da revolução bolchevique, ocorrida no Rússia, em 1917, o proletariado, aglutinado na Confederação Geral dos Trabalhadores, alcançou formas elevadas de organização e de luta. Mas a sua organização não se fazia sentir só a nível sindical. Em 1921, ano por volta do qual se fundaram muitos dos partidos comunistas hoje existentes, fundou-se o Partido Comunista Português que foi ganhando, de forma progressiva, influência junto do proletariado, até então mais influenciado pelas teses anarquistas imanados da C. G. T. Todavia, as revoltas e contrarrevoltas, os sucessivos movimentos grevistas, as oscilações da pequena burguesia e as divisões, a nível político, dos trabalhadores, criaram o terreno propício ao aparecimento de um “salvador da pátria”. A contrarrevolução de 1926 começou a fazer sentir os seus efeitos com a dissolução dos partidos políticos e dos sindicatos.

QUADRO 8 - Preços de alguns produtos retirados de Roles de mercearias

PRODUTOS	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1935	1936	1937	1939	1940	1941	1942	1943
1 pão			1.20	1.20		1.10	1.20			0.90		0.55	1.10		1.00	
Sal (alqueire)						1.00										
Azeite (l)			4.00		7.00	6.00										
Arroz (kg)	2.80	2.40	2.60			2.30	0.40 / 3.00		2.80							
Bacalhau (Kg)	5.00	4.50		6.50		4.70										
Vinho (l)	1.80	1.70	1.20	1.40	1.40	1.20	.80 / 1.00	1.00		1.00	1.60	1.00		1.00		2.40
Açúcar (g)	4.40	3.00		3.60	3.80	4.40	4.40						4.40			
Água ardente (l)			6.00													
Macarrão (Kg)						3.00	3.00									
Sêneas (Kg)	0.96															
Enxofre (Kg)	1.20	1.20											1.70			
Sulfato (Kg)		5.00														

Coincidência ou não, a partir de 1926 os trabalhadores da fábrica sofreram uma redução nos seus salários, que não deixou de cessar até ao fim dos anos 30 (ver quadro 3). No quadro 8, que contém os preços de alguns produtos alimentares da época, pode também constatar-se que alguns deles sofreram igualmente uma redução. Esta redução foi mais significativa nos casos do pão e do vinho, que os ideólogos do regime fascista, então implantado, propagandeavam com desprezo como sendo a base da alimentação do povo português. No entanto, e apesar dos preços de que dispomos serem pouco significativos, pode afirmar-se que a redução dos preços dos produtos não acompanhou a descida dos salários, que foi bastante mais acentuada. Contudo, alguns produtos, ou não sofreram redução, ou, em caso afirmativo, foi pouco significativa. Se compararmos este facto com a redução dos salários máximos das categorias menos remuneradas, durante os anos 30, para uma terça parte dos salários auferidos em 1925, pode adivinhar-se o agravamento das condições de vida dos trabalhadores. A situação internacional nada ajudou para obviar a esta situação. Foi a grande crise económica capitalista mundial de sobreprodução, iniciada em 1929 nos E.U.A., e que se prolongou pela década de 30. Foi a diminuição do movimento migratório devido aos obstáculos à entrada de estrangeiros levantados pelo Brasil. Foi a guerra civil de Espanha, de 1936 a 1939, que ocasionou grande escassez de alimentos e deteriorou ainda mais as condições de vida dos trabalhadores. Foi a II Grande Guerra, de 1939 a 1945, que agravou as situações de penúria e de crise. Leia-se a propósito o depoimento da mulher do senhor Barca: “Os tempos eram muito difíceis, sobretudo quando da guerra civil de Espanha. Não havia comer. Não havia azeite, nem milho. Sofri muito por não poder dar de comer às crianças. Tanta vez que comeram só sopa sem tempero, e mais nada. Chorei muita amargura. Mas não chorava à frente dos meus filhos”.

Pela análise dos rolos de mercearia correspondentes a esta época verifica-se que as compras eram fiadas. Pagava-se à semana, mas muitas dívidas só eram pagas alguns anos depois de serem efetuadas as compras, o que constitui mais uma ilustração das dificuldades por que passaram

os trabalhadores. Estes viam-se forçados, quando tinham possibilidades para tal, a um trabalho suplementar em atividades agrícolas de forma a melhor assegurarem o sustento da família. Nestas atividades, eram as mulheres que desempenhavam o papel principal.

Todavia, as profissões melhor remuneradas na fábrica, que em 1925 já ganhavam relativamente bem, não viriam os seus salários descer tão acentuadamente, nos anos seguintes. Estes trabalhadores tinham profissões induzidas de saber e/ou de autoridade, mais ligados ao poder, onde se incluíam os encarregados, que eram pagos para vigiar e reprimir os trabalhadores e, como é óbvio, eram compensados com melhores salários. Aos outros trabalhadores não lhes restavam alternativas para a sua miséria. A situação política nacional e internacional não era nada animadora. Assistia-se em Portugal e na Europa ao ascenso do fascismo. As lutas dos trabalhadores eram brutalmente reprimidas. Em Portugal, com a dissolução dos sindicatos, os trabalhadores perderam muito da sua força reivindicativa. Este facto fazia sentir-se ainda mais em Monte Redondo, povoação localizada num meio rural e distante de Lisboa onde os trabalhadores possuíam maior capacidade organizativa e reivindicativa.

As lágrimas vertidas pela mulher do Sr. Barca, por não ter comer para dar aos filhos, nunca foram vertidas, pelos mesmos motivos, pelos senhores Ramos Leal e Pedrosa Crespo, proprietários da fábrica. Se as vertiam era por não poderem obter tantos lucros quanto os desejados.

Conhecia-se a vida faustuosa que o Sr. Ramos Leal levava. O Sr. Barca referiu-nos que, quando ele vinha de Lisboa e se apeava na estação de caminho-de-ferro de Monte Redondo, o cheio do seu perfume era perceptível a muitos metros de distância. Era conhecido também por vestir impecavelmente e pelo seu bigode retorcido, que lhe emprestava um ar imponente, criando assim, à sua volta, uma aura e um ambiente psicológico necessário ao exercício do seu poder. O desprezo que tinha pelos trabalhadores é visível na análise da correspondência, de que se reproduzem a seguir dois exemplares:

“Serralheiro: visto sabermos que este operário se permitiu o direito de apreciar menos ordeiramente a admissão do Sr. Santos para

nosso empregado, chegando a sua ousadia ao ponto de não comparecer à apresentação e despedir-se, sirvam-se V. Exas. Imediatamente, fazer-lhe contas e despejá-lo da casa que, só por ser nosso operário ocupa, esperando que o nosso sócio Sr. Crespo também o faça desocupar a loja que lhe dera em frente à estação, pois que, não pagando aluguer, há o direito de pô-lo fora: esperamos que estes nossos desejos sejam cumpridos logo que esta receberem, porque não queremos esse indivíduo nem mais uma hora ao serviço da fábrica, devendo V. Exa. tomar as devidas cautelas após a despedida.” (carta de Lisboa para o escritório de Monte Redondo em 28 de junho de 1924).

” Um operário trabalhando 10 horas, recebia diariamente 14\$00, ou seja, por cada hora 1\$40, passa agora com as 8 horas a vencer 11\$20, o que dá os mesmos 1\$40 por hora: de forma que, sendo assim, a soma das férias é menor, a produção menor, e o salário o mesmo. Ora o objetivo que nós pretendíamos atingir era o de menor salário pelo mesmo número de horas, forçados a isto pela circunstância da madeira ter baixado muito o preço no mercado.” (carta enviada em 2 de agosto de 1924).

QUADRO 9

Receita	Ingredientes	Custo
Almoço de sopa de bacalhau	100g de bacalhau*	\$47
	Azeite	\$30
	250g de Pão	\$60
	1/2 l de vinho	\$50
		TOTAL - 1\$87
Jantar de bacalhau com macarrão	100g de bacalhau*	\$47
	250g Macarrão	\$75
	250g Pão	\$60
	1/2 l de vinho	\$50
		TOTAL - 2\$32
* A preços de 1931		Almoço e Jantar = 4\$19 por dia

Categorias	Jorna	2 Refeições	Saldo
Serralheiro	11\$50	4\$19	7\$31
Aparelhador	5\$50	4\$19	1\$31
Serrador	7\$00	4\$19	2\$81
Fogueiro	7\$00	4\$19	2\$81
Trabalhador	5\$50 (Max)	4\$19	1\$31
Guarda	9\$00	4\$19	-\$19
Ajudante	5\$50	4\$19	1\$31
Aprendiz	3\$00	4\$19	-\$19

Para o ano de 1932 foi possível comparar o preço das refeições, com os salários das diversas profissões (ver quadro 9), dando-nos uma ideia aproximada do nível de vida dos trabalhadores. Com base em preços de produtos retirados dos rolos das mercearias foi possível calcular o custo de uma refeição, aproveitando uma ideia que nos ocorreu ao ler o livro de Arala Pinto, “O Pinhal do Rei”.

Verifica-se que as duas refeições diárias são manifestamente pobres e insuficientes para alimentar alguém que trabalhava o dia inteiro, muitas vezes até à exaustão. Mesmo assim os salários de alguns trabalhadores não chegavam para custear as duas refeições. O salário da profissão melhor remunerada, a de serralheiro, era insuficiente para custear as refeições diárias de três pessoas, referentes a uma família com apenas um filho.

E se a família tivesse mas filhos? E com que dinheiro se compravam outros inúmeros produtos dentro das necessidades primárias, essenciais à dignidade das pessoas?

Excetuando a profissão de serralheiro, nenhuma outra auferia salário suficiente para pagar as refeições a mais do que uma pessoa.

O facto de algumas famílias adquirirem alguns rendimentos da atividade agrícola não é suficiente para alterar o panorama negro que se desenhava atrás.

5

CONCLUSÃO

Pretendíamos, através do levantamento histórico da fábrica, saber os níveis de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, assim como o estado da luta de classes, na época e em Monte Redondo. Com o estudo que efetuámos, com as conclusões que tirámos, com a preservação e tratamento da documentação recolhida e com a recolha oral das memórias de cidadãos, pensamos que demos um contributo para a preservação do património de Monte Redondo. Evidentemente que não fomos tão longe quanto gostaríamos mas ficámos com uma ideia aproximada das condições objetivas e subjetivas dessa luta de classes e das suas condicionantes internacionais, nacionais e locais.

Para além de verificarmos que a fábrica se integrava perfeitamente no modo de produção capitalista e que se foram refletindo nela as diversas situações políticas e económicas tanto a nível nacional como internacional, constatámos um fraco desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, relações de produção numa fase muito primária, consubstanciadas numa exploração laboral intensa e num nível de vida muito pobre, roçando os níveis mínimos de sobrevivência, pondo assim em causa a reprodução da mão-de-obra necessária à laboração das empresas.

Apesar de existirem condições objetivas para a fermentação de consciências revoltadas, outras condições, objetivas e subjetivas, dificultaram a agudização da luta de classes, isto é, o desenvolvimento de lutas por melhores salários e melhores condições de trabalho, como sejam, o facto de Monte Redondo não ter tradições de luta operária devido à fraca atividade industrial, situação agravada por a população

estar fortemente ligada a uma agricultura de subsistência. Os operários e/ou famílias praticavam uma agricultura a tempo parcial que lhes permitia melhorar as condições de vida, atenuando as situações de penúria.

Daqui se depreende que a consciência de classe seria ainda incipiente na época estudada, já que apesar da forte exploração patronal, não temos registos de greves ou outras formas de luta, que certamente estariam ainda em estado latente.

Só nos apercebemos de algumas ações individualizadas contra a repressão, que tiveram como resultado a investida repressiva do patronato na forma de despedimento.

Temos consciência de que o nosso trabalho foi apenas uma pequena contribuição para ajudar alguém que venha depois de nós e pretenda fazer um trabalho mais profundo e completo, tanto mais que a fábrica que nós estudámos era a mais pequena das três existentes em Monte Redondo.

GLOSSÁRIO

Aduelas – Tábuas curvas e estreitas que formam o bojo das obras de tanoaria, ou madeiras onde se fixam as portas.

Aparelhar – Facetar o toro de modo a obter duas faces, dando ao tronco uma configuração paralelepípeda.

Barrote – Trave curta e grossa que se atravessa no madeiramento, para gradear e sustentar soalhos, tábuas, forros, etc..

Bica – Lenho em forma de V feito com um machado, na árvore a abater.

Costaneiras – As primeiras e últimas tábuas de um tronco serrado, as quais são mais estreitas e menos perfeitas que as outras. Paus que nos telhados atravessam sobre os barrote.

Falheiro – Primeira tábua que se separa de um toro ou tronco, que se serra longitudinalmente e que é sempre falho pelo lado externo.

Fasquia – Peça estreita e comprida de madeira que se serrou de um tronco.

Fasquiado – Guarnecido de fasquias. Dividido em fasquias.

Forro – Madeira delgada com que se cobre o teto das casas.

Galgamento – Ato de endireitar a superfície de uma tábua ou madeira com plaina ou garlopa.

Galorpa ou garlopa – Plaina grande.

Madres – Nome de várias peças em construção naval e civil.

Manómetro – Instrumento destinado a medir a pressão de um fluido.

Moldura – Madeira com que se garante um quadro, uma estampa, ou onde se fixam janelas.

Prancha – Grande tábua grossa e larga, que serve para dela se extraírem outras de tamanho regular a fim de se proceder com elas a qualquer construção.

Prumo – Viga de uma armação de madeira.

Rincão – Cada uma das arestas salientes, segundo as quais se intercetam as águas mestras e as tacaniças do telhado. Cepo para fazer caneladuras.

Ripa – Peçaço de madeira, estreito e comprido. Sarrafo.

Rodapé – Peçaço de madeira que se coloca na parte inferior de uma janela de sacada ao longo da grade.

Serragem – Ato ou efeito de serrar. O mesmo que serradura.

Soalho – O mesmo que solho, tabuado, ou sobrado.

Tabuinha – Fasquia.

Toro – Tronco já facetado.

Vara – Pau mais ou menos grosso.

Varedos – Conjunto de vigotas de madeira que sustentam o ripado do telhado. Qualquer conjunto de varas.

Viga – Trave ou madeiro grosso falquejado para construções.

BIBLIOGRAFIA

Pinto, Arala – “O Pinhal do Rei”.

Moutinho, Mário – “Introdução a Etnologia”, 1980.

Vieira, Alexandre – “Para a História do Sindicalismo”.

Ferrão, João – “Indústria e Luta de Classes”.

“Os serradores braçais do Grou”.

“Revista Histórica” N.º 9, Julho de 1979.

“Dicionário Moraes”, 10ª Edição.

ANEXOS

- 1 - Posição relativa da RLC, Lda., na vila de Monte Redondo.
- 2 - Mapa topográfico da área de Monte Redondo. Localização de pinhais abastecedores.
- 3 - Planta de hipotética localização relativa de alguns equipamentos da RLC, Lda.
- 4 - Fotografias.
- 5 - Escritura de arrendamento da RLC, Lda.
- 6 - Listagem alfabética dos trabalhadores da Fábrica, com base numa folha de férias por ano, e sensivelmente na mesma semana, entre 1925 e 1943.
- 7 - Carreiros que prestavam serviço de transporte na RLC, Lda., em 1932.
- 8 - Clientes da RLC, Lda., identificados na correspondência disponível.
- 9 - Correspondência: seleção da correspondência lida.
- 10 - Reprodução de alguns documentos originais da RLC, Lda.

